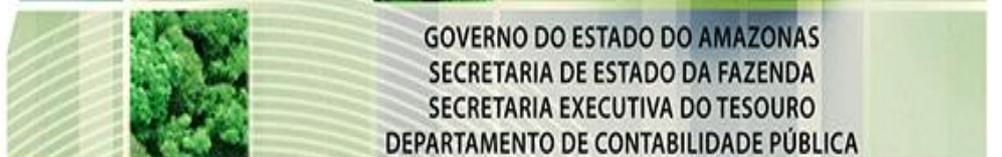
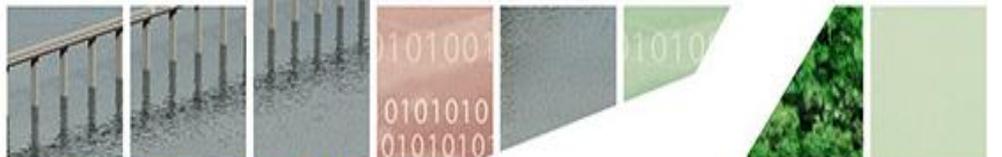
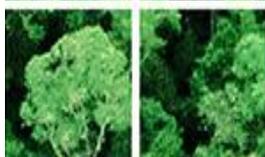




2008

**Balanço  
Geral do  
Estado**

Exercício de 2008



**Balanço  
Geral do  
Estado**

2008

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
SECRETARIA EXECUTIVA DO TESOURO  
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE PÚBLICA



Preparando o Amazonas para o futuro

2008



## SUMÁRIO

### RELATÓRIO

<b>Introdução</b>	<b>03</b>
<b>1 Gestão Orçamentária</b>	<b>03</b>
1.1 Receita Orçamentária	04
1.2 Despesa Orçamentária	05
1.3 Alterações Orçamentárias	06
<b>2 Gestão da Execução da Receita</b>	<b>07</b>
2.1 Receita Orçamentária	07
2.2 Receita Tributária	10
2.3 Transferências Correntes	13
2.4 Receitas de Capital	17
2.5 Transferências de Capital	18
2.6 Renúncia Fiscal	19
<b>3 Gestão da Execução da Despesa</b>	<b>19</b>
3.1 Despesa Orçamentária	19
3.2 Execução da Despesa	22
3.3 Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios	27
3.4 Repasse aos Poderes	29
<b>4 Análise dos Balanços</b>	<b>30</b>
4.1 Balanço Orçamentário	30
4.2 Balanço Financeiro	31
4.3 Balanço Patrimonial	32
4.3.1 Resultado/Saldo Patrimonial	33
4.4 Variações Patrimoniais	34
<b>5 Balanços das Empresas Públicas</b>	<b>35</b>



---

<b>6 Gestão da Dívida</b>	<b>35</b>
6.1 Dívida Ativa	35
6.2 Dívida Pública	36
<b>7 Gestão Fiscal</b>	<b>38</b>
7.1 Gastos com Pessoal	38
7.2 Aplicação na Educação	40
7.3 Aplicação na Saúde	43
7.4 Resultado Primário e Operacional	44
<b>8 Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado</b>	<b>46</b>
<b>9 Considerações Finais</b>	<b>46</b>
<b>QUADROS</b>	<b>48</b>
01 Demonstrativo da Receita Arrecadada Consolidada do Estado	
02 Demonstrativo da Despesa Empenhada por Fonte de Recursos	
03 Demonstrativo da Despesa Empenhada por Órgão	
04 Demonstrativo da Despesa Orçamentária Empenhada	
05 Demonstrativo da Despesa Orçamentária Liquidada	
06 Demonstrativo da Despesa Orçamentária Paga	
07 Síntese do Balanço Patrimonial das Empresas Públicas	
<b>ANEXOS</b>	<b>65</b>
01 Demonstrativo da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas	
10 Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada	
12 Balanço Orçamentário	
13 Balanço Financeiro	
14 Balanço Patrimonial	
15 Demonstrativo das Variações Patrimoniais	
16 Demonstrativo da dívida Fundada Interna	
16 Demonstrativo da dívida Fundada Externa	
17 Demonstrativo da dívida Flutuante	

---



## RELATÓRIO

### INTRODUÇÃO

O presente relatório demonstra os resultados alcançados pelo Estado do Amazonas, no exercício de 2008, consolidando as administrações direta e indireta através do BALANÇO GERAL DO ESTADO - BGE, o qual se constitui na prestação de contas do Excelentíssimo Governador do Estado do Amazonas, Eduardo Braga, à Assembléia Legislativa.

Elaborado em cumprimento aos preceitos constitucionais e legais, visando dar transparência às contas públicas, o BGE atende às normas e técnicas de contabilidade, devendo ser encaminhado à Assembléia Legislativa no prazo regulamentar, em cumprimento à Constituição Estadual Art. 54 inciso XVI e é constituído dos Balanços: Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e das Demonstrações das Variações Patrimoniais, bem como dos demais Anexos da Lei Federal nº 4.320/64.

### 1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução orçamentária do Estado foi amparada na Lei nº 3.161, de 02 de agosto de 2007, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias – LDO<sup>1</sup>, para o exercício de 2008, e na Lei nº 3.202, de 20 de dezembro de 2007 e Anexos, Lei Orçamentária Anual – LOA<sup>2</sup>, que estimou as receitas e fixou as despesas do Estado em R\$ 6,7 bilhões, cabendo à Administração Direta o valor de R\$ 4,9 bilhões e à Administração Indireta (Autarquias, Fundações e Fundos) R\$ 1,7 bilhão, ficando do total da administração direta o valor de R\$ 380 milhões como reserva de contingência.

---

<sup>1</sup> Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) – É uma lei de iniciativa do Poder Executivo que estabelece as metas e prioridades da administração pública, as projeções de receitas e despesas, os critérios para a distribuição setorial e regional dos recursos para os Órgãos dos Poderes do Estado e Municípios; as diretrizes relativas à política de pessoal; as orientações para a elaboração de LOA; os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado e Municípios; as disposições sobre as alterações na legislação tributária; as políticas de aplicação das agências financeiras de desenvolvimento oficiais, apresentando o plano de prioridades das aplicações financeiras, destacando os projetos de maior relevância social (Constituição Estadual, art. 157, §2º).

<sup>2</sup> Lei Orçamentária Anual (LOA) – Lei que estima a receita e fixa a despesa para um determinado exercício.

---



## 1.1 Receita Orçamentária

A Receita Orçamentária estimada para o exercício de 2008 foi de R\$ 6,7 bilhões, destacando-se as fontes receita tributária, com percentual de 57,73% e transferências correntes, com 29,88%, sem considerar as deduções para o FUNDEB<sup>3</sup>. Demonstramos na tabela 01 e gráfico 01 a classificação de cada receita.

Tabela 01  
Demonstrativo da Receita Orçamentária Estimada

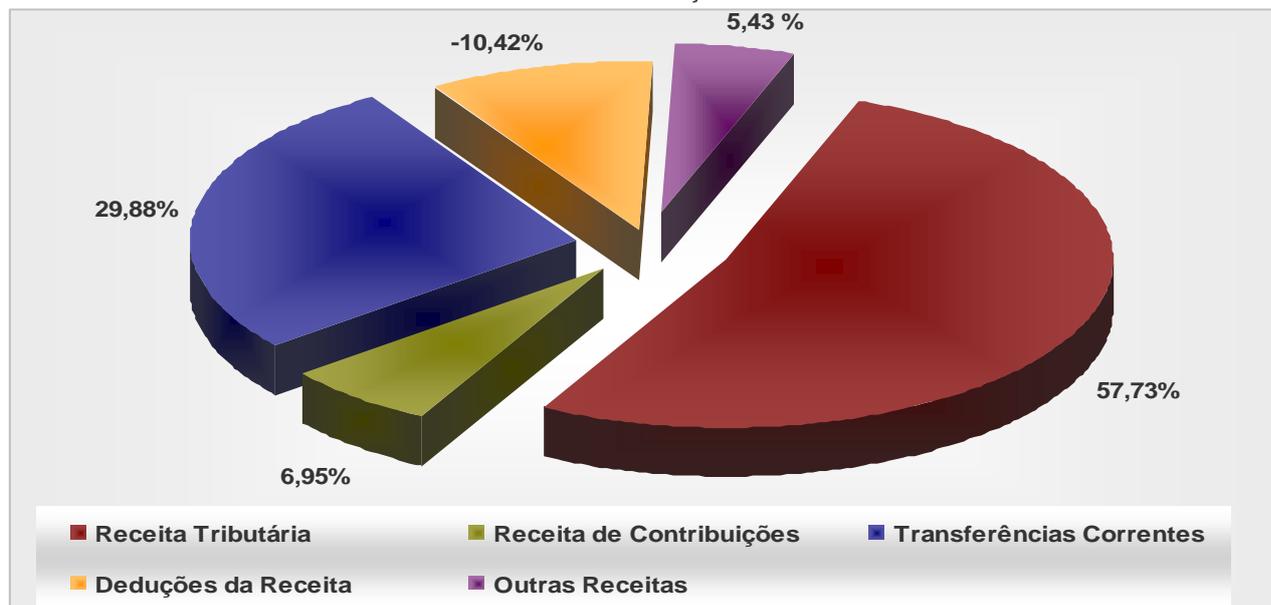
ESPECIFICAÇÕES	RECEITA ESTIMADA	PERC. %
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>7.229.440.000,00</b>	<b>97,16</b>
Tributária	4.295.780.000,00	57,73
De Contribuições	517.000.000,00	6,95
Patrimonial	23.850.000,00	0,32
Industrial	10.000.000,00	0,13
De Serviços	87.558.000,00	1,18
Transferências Correntes	2.223.652.000,00	29,88
Outras Receitas Correntes	71.600.000,00	0,96
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>211.267.165,00</b>	<b>2,84</b>
Operações de Crédito	150.000.000,00	2,02
Amortização de Empréstimos	450.000,00	0,01
Transferências de Capital	40.817.165,00	0,55
Outras Receitas de Capital	20.000.000,00	0,27
<b>SUBTOTAL</b>	<b>7.440.707.165,00</b>	<b>100,00</b>
<b>DEDUÇÕES DAS RECEITAS</b>	<b>(775.509.165,00)</b>	<b>(10,42)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>6.665.198.000,00</b>	<b>89,58</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

<sup>3</sup> FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, (Art 1º, Lei 11.494/2007).



Gráfico 01  
Demonstrativo da Receita Orçamentária Estimada



## 1.2 Despesa Orçamentária

Foram fixadas em conformidade com o Art. 3º da Lei nº 3.202, de 20 de dezembro de 2007 – LOA, demonstramos na tabela 02 e gráfico 02 as despesas para o exercício de 2008 no valor de R\$ 6,7 bilhões, distribuídas por categorias econômicas, consolidadas pelos órgãos dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público.

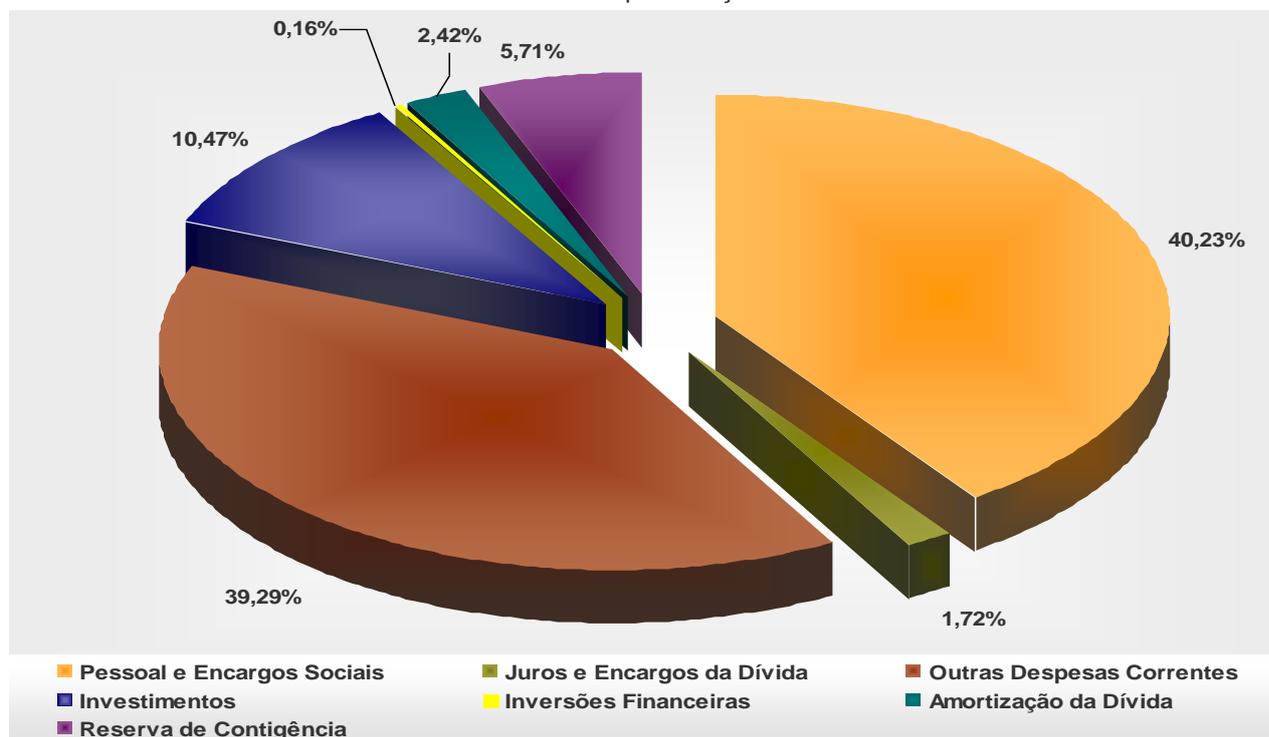
Tabela 02  
Demonstrativo da Despesa Orçamentária Fixada

CATEGORIA ECONÔMICA	DESPESA FIXADA	PERC. %
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>5.414.762.400,00</b>	<b>81,24</b>
Pessoal e Encargos Sociais	2.681.578.000,00	40,23
Juros e Encargos da Dívida	114.525.000,00	1,72
Outras Despesas Correntes	2.618.659.400,00	39,29
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>869.729.600,00</b>	<b>13,05</b>
Investimentos	697.749.600,00	10,47
Inversões Financeiras	10.480.000,00	0,16
Amortização da Dívida	161.500.000,00	2,42
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>380.706.000,00</b>	<b>5,71</b>
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>6.665.198.000,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



Gráfico 02  
Demonstrativo da Despesa Orçamentária Fixada



### 1.3 Alterações Orçamentárias

Com base no Art. 4º da Lei Orçamentária Anual - LOA, o governo realizou alterações no orçamento inicial, o qual foi acrescido de 18,56%, portanto, abaixo do percentual de 40% estabelecido na legislação, conforme demonstramos na tabela 03 a seguir.

Tabela 03  
Demonstrativo de Créditos Iniciais e Adicionais

	R\$
<b>1. ORÇAMENTO INICIAL</b>	<b>6.665.198.000,00</b>
<b>2. Créditos Adicionais</b>	<b>5.042.944.020,64</b>
2.1 Suplementares	4.990.913.873,05
2.2 Especiais	52.030.147,59
<b>3. Créditos Anulados</b>	<b>3.523.543.925,17</b>
3.1 Orçamentários e Suplementares	3.523.543.925,17
<b>4. ORÇAMENTO AUTORIZADO (1+2-3)</b>	<b>8.184.598.095,47</b>
<b>ACRÉSCIMO EM RELAÇÃO AO INICIAL (%)</b>	<b>18,56</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



## 2 GESTÃO DA EXECUÇÃO DA RECEITA

### 2.1 Receita Orçamentária

A receita orçamentária compreende o valor da receita estimada para o exercício, conforme determinado na LOA. Na tabela 04 demonstramos, por categoria econômica, a execução da receita orçamentária do exercício de 2008, com arrecadação total de R\$ 8 bilhões, apresentando um excesso nominal, comparado a estimada inicialmente, de 19,83% ou R\$ 1,3 bilhão, considerando as deduções da receita para o FUNDEB de 15,55%, ou R\$ 121 milhões.

Tabela 04  
Demonstrativo da Execução da Receita

R\$

CATEGORIA ECONÔMICA	RECEITA			%	
	ESTIMADA	ARRECADADA	EXCESSO	REAL.	PART.
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>7.229.440.000,00</b>	<b>8.567.719.425,84</b>	<b>1.338.279.425,84</b>	<b>118,51</b>	<b>96,45</b>
Tributária	4.295.780.000,00	4.952.960.505,98	657.180.505,98	115,30	57,81
De Contribuições	517.000.000,00	584.322.584,61	67.322.584,61	113,02	6,82
Patrimonial	23.850.000,00	124.406.898,16	100.556.898,16	521,62	1,45
Industrial	10.000.000,00	12.021.450,09	2.021.450,09	120,21	0,14
De Serviços	87.558.000,00	114.082.878,12	26.524.878,12	130,29	1,33
Transferências Correntes	2.223.652.000,00	2.692.531.623,26	468.879.623,26	121,09	31,43
Outras Receitas Correntes	71.600.000,00	87.393.485,62	15.793.485,62	122,06	1,02
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>211.267.165,00</b>	<b>315.101.957,81</b>	<b>103.834.792,81</b>	<b>149,15</b>	<b>3,55</b>
Operações de Crédito	150.000.000,00	170.630.615,67	20.630.615,67	113,75	54,15
Alienação de Bens	0,00	1.772.618,66	1.772.618,66	0,00	0,56
Amortização de Empréstimos	450.000,00	393.535,37	(56.464,63)	87,45	0,12
Transferências de Capital	40.817.165,00	116.905.042,74	76.087.877,74	286,41	37,10
Outras Receitas de Capital	20.000.000,00	25.400.145,37	5.400.145,37	127,00	8,06
<b>SUBTOTAL</b>	<b>7.440.707.165,00</b>	<b>8.882.821.383,65</b>	<b>1.442.114.218,65</b>	<b>119,38</b>	<b>100,00</b>
<b>DEDUÇÕES DAS RECEITAS</b>	<b>(775.509.165,00)</b>	<b>(896.130.197,56)</b>	<b>(120.621.032,56)</b>	<b>115,55</b>	<b>(10,09)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>6.665.198.000,00</b>	<b>7.986.691.186,09</b>	<b>1.321.493.186,09</b>	<b>119,83</b>	<b>89,91</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



Observa-se no gráfico 03 um excesso de arrecadação, tanto nas receitas correntes, quanto nas receitas de capital, comparando à estimada inicialmente, apresentando um destaque significativo no total das receitas correntes em relação às de capital, o que evidencia a participação destas receitas no financiamento da administração governamental.

Gráfico 03  
Demonstrativo da Execução da Receita

R\$ Mil



No Quadro 01, em anexo, demonstramos a arrecadação mensal das receitas orçamentárias de 2008, por natureza da receita.

Na tabela 05 e gráfico 04, apresentamos a evolução das receitas orçamentárias realizadas, no período de 2004 a 2008, em valores correntes, em que o total arrecadado de 2008 apresentou uma variação nominal de 76,88% ante 2004, e de 21,30% em relação a 2007. Apresentando, portanto, uma média nominal de 15,38% nos últimos cinco anos de governo, o que coloca o Estado do Amazonas entre os Estados de maior crescimento econômico do Brasil no período.



Tabela 05  
Evolução da Receita – 2004 a 2008

R\$ Mil

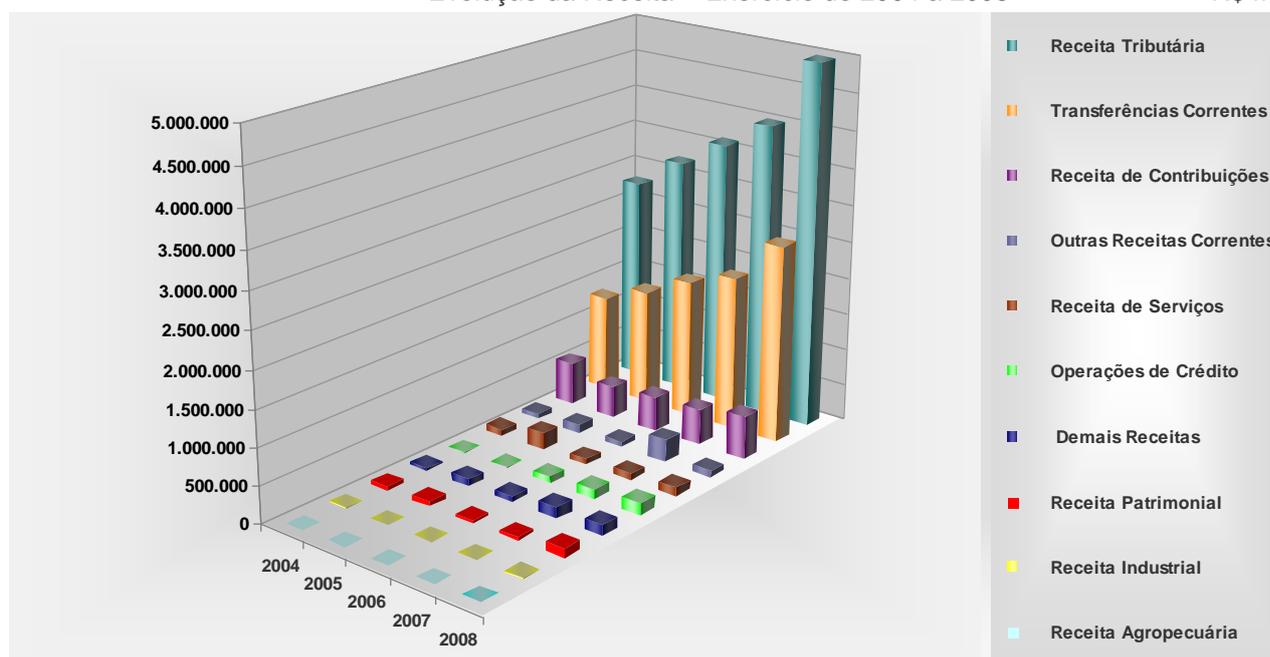
ESPECIFICAÇÃO DAS RECEITAS	EXERCÍCIO					VARIÇÃO	
	2004	2005	2006	2007	2008	2008/2004	2008/2007
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>4.882.618</b>	<b>5.606.298</b>	<b>6.137.517</b>	<b>7.036.716</b>	<b>8.567.719</b>	<b>75,47</b>	<b>21,76</b>
Receita Tributária	2.779.878	3.205.311	3.596.389	3.991.536	4.952.961	78,17	24,09
Receita de Contribuições	573.645	421.556	468.020	492.207	584.323	1,86	18,71
Receita Patrimonial	47.316	67.414	39.989	50.429	124.407	162,93	146,70
Receita Agropecuária	29	16	11	1	-	-	(100,00)
Receita Industrial	8.374	8.666	9.467	10.340	12.021	43,56	16,26
Receita de Serviços	82.973	233.101	78.116	91.178	114.083	37,49	25,12
Transferências Correntes	1.313.571	1.562.536	1.872.245	2.094.767	2.692.532	104,98	28,54
Outras Receitas Correntes	76.830	107.698	73.280	306.259	87.393	13,75	(71,46)
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>35.299</b>	<b>107.871</b>	<b>169.387</b>	<b>209.199</b>	<b>315.102</b>	<b>792,67</b>	<b>50,62</b>
Operações de Crédito	1.665	11.950	86.097	131.178	170.631	10.148,09	30,08
Alienação de Bens	1.618	1.032	183	1.198	1.773	9,56	48,01
Amortização de Empréstimos	559	405	925	490	394	(29,60)	(19,70)
Transferência de Capital	8.682	69.368	60.723	56.820	116.905	1.246,52	105,75
Outras Receitas de Capital	22.775	25.116	21.459	19.514	25.400	11,53	30,17
<b>DEDUÇÕES DAS RECEITAS</b>	<b>(402.546)</b>	<b>(472.535)</b>	<b>(526.778)</b>	<b>(661.918)</b>	<b>(896.130)</b>	<b>122,62</b>	<b>35,38</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.515.371</b>	<b>5.241.634</b>	<b>5.780.126</b>	<b>6.583.997</b>	<b>7.986.691</b>	<b>76,88</b>	<b>21,30</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Nota: (1) Valores Brutos, não deduzidas as participações constitucionais e legais dos Municípios

Gráfico 04  
Evolução da Receita - Exercício de 2004 a 2008

R\$ Mil





## 2.2 Receita Tributária

No Amazonas, as receitas tributárias são provenientes de impostos e taxas arrecadadas no exercício. Na tabela 06 e gráfico 05 demonstramos as receitas tributárias que totalizaram R\$ 5 bilhões no exercício de 2008, apresentando um crescimento nominal de R\$ 961 milhões em relação a 2007 ou 24,09%. Fica evidenciado que a fonte de maior participação no Estado é o ICMS com 93,02% do total, tendo obtido uma variação nominal de 24,37%, ante 2007, ou R\$ 903 milhões.

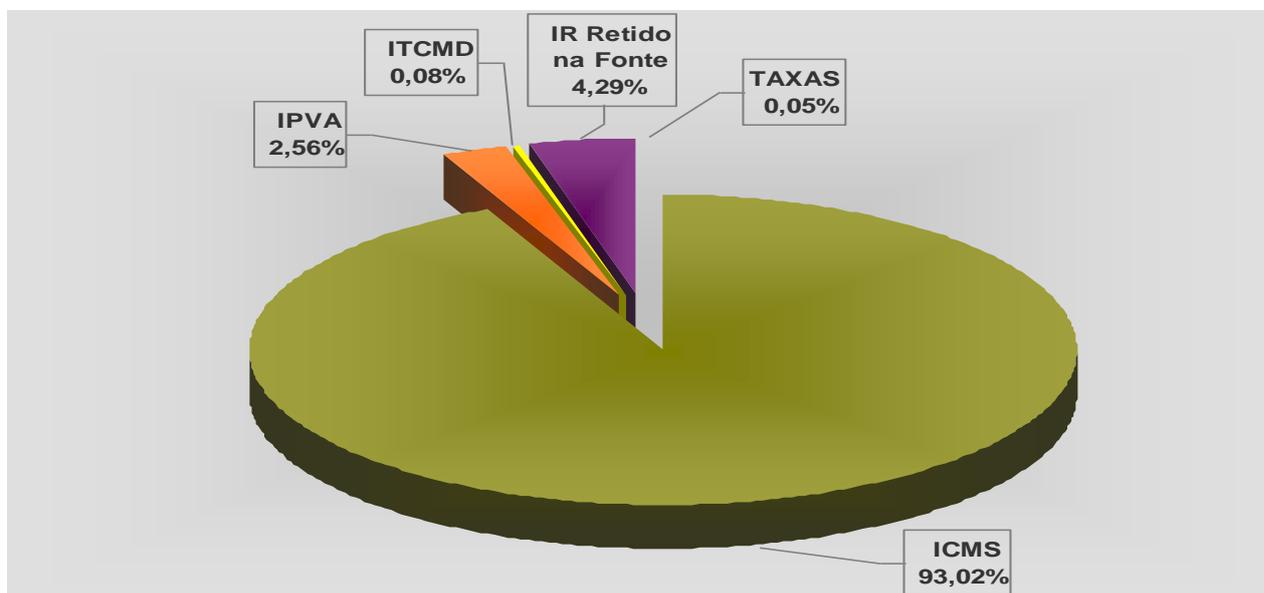
Tabela 06  
Comparativo da Receita Tributária

FONTE	ARRECADADO		%	
	2007	2008	PART.	VAR.
<b>IMPOSTOS</b>	<b>3.988.732.717,13</b>	<b>4.950.427.956,50</b>	<b>99,95</b>	<b>24,11</b>
IR Retido na Fonte	172.966.766,03	212.245.045,43	4,29	22,71
ICMS	3.704.649.613,91	4.607.482.899,42	93,02	24,37
IPVA	109.343.956,88	126.635.505,10	2,56	15,81
ITCMD	1.772.380,31	4.064.506,55	0,08	129,32
<b>TAXAS</b>	<b>2.803.258,30</b>	<b>2.532.549,48</b>	<b>0,05</b>	<b>(9,66)</b>
<b>RECEITAS TRIBUTÁRIAS</b>	<b>3.991.535.975,43</b>	<b>4.952.960.505,98</b>	<b>100,00</b>	<b>24,09</b>

Fonte: AFI – Sistema de Administração Financeira

Nota: Valores brutos, não deduzidas as participações dos Municípios.

Gráfico 05  
Demonstrativo da Receita Tributária 2008





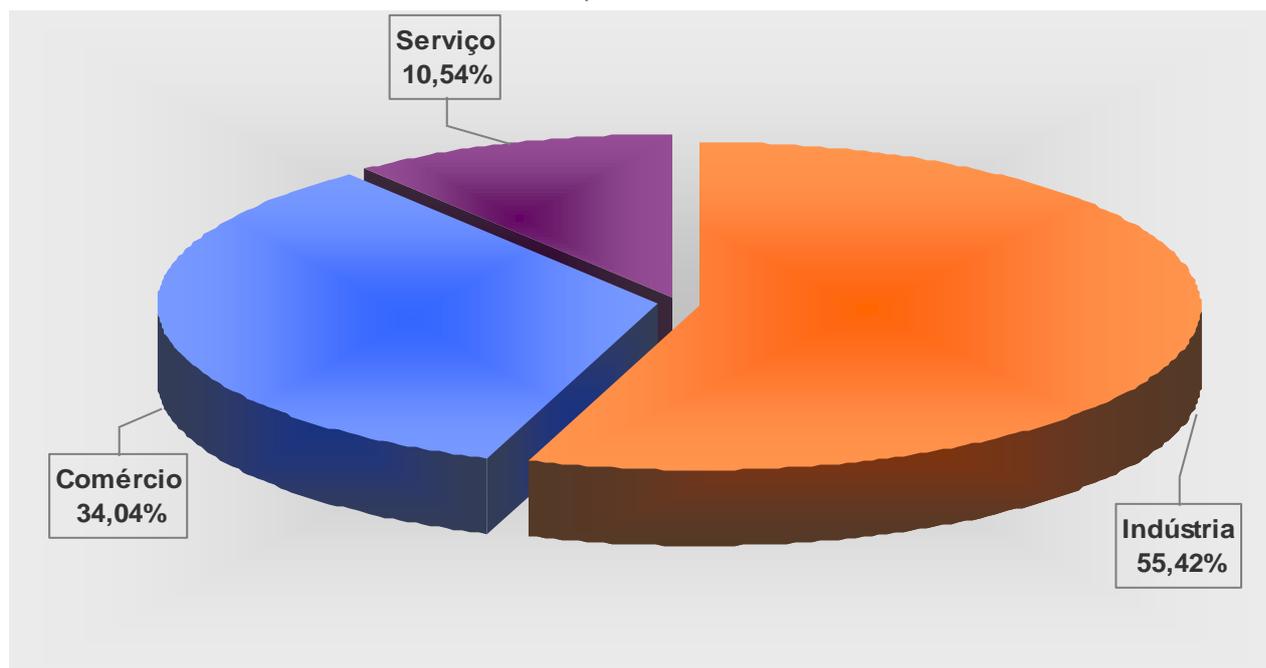
Apresentamos, na tabela 07 e gráfico 06, a arrecadação do ICMS por setor econômico, ficando o Setor da Indústria com R\$ 2,5 bilhões, com acréscimo nominal de 30,08% comparado ao de 2007. Já no setor do comércio, a arrecadação atingiu R\$ 1,6 bilhão, o que evidencia um acréscimo nominal de 20,31%, ante 2007. Em seguida temos o setor de serviços, que atingiu R\$ 486 milhões e apresentou um crescimento nominal de 10,85%, em relação ao exercício de 2007. O acréscimo na arrecadação do ICMS de 24,37% foi em função de uma melhor performance da economia do Estado e da modernização empreendida pela SEFAZ, no exercício de 2008.

Tabela 07  
Demonstrativo de Arrecadação do ICMS por Setor Econômico R\$ 1,00

SETOR ECONÔMICO	ARRECADADO		PART. %	VAR. %
	2007	2008		
Indústria	1.963.062.118	2.553.555.706	55,42	30,08
Comércio	1.303.484.433	1.568.275.757	34,04	20,31
Serviços	438.103.070	485.651.428	10,54	10,85
<b>RECEITA DE ICMS</b>	<b>3.704.651.628</b>	<b>4.607.482.899</b>	<b>100,00</b>	<b>24,37</b>

Fonte: Secretaria Executiva da Receita

Gráfico 06  
Receita de ICMS por Setor Econômico – 2008





Demonstramos na tabela 08 e gráfico 07 a evolução das receitas tributárias, em valores correntes, no período de 2004 a 2008, que apresentou uma variação nominal de 78,17% ante 2004 e de 24,09 % em relação a 2007, ou R\$ 961 milhões.

No que se refere à arrecadação do ICMS, nota-se um acréscimo nominal, em relação a 2007, de R\$ 903 milhões, ou 24,37% ; em relação a 2004, o crescimento nominal foi de R\$ 2 bilhões, o que representou 78,28%. Já na arrecadação do IPVA de 2008, o acréscimo nominal comparado a 2007 foi de R\$ 17 milhões, o que evidencia uma variação nominal de 15,81%, e em relação a 2004, o crescimento nominal foi de R\$ 68 milhões, representando uma variação de 117,84%. Estes acréscimos devem-se principalmente ao crescimento econômico do Estado do Amazonas e do aumento da frota de veículos novos, com média mensal de dois mil veículos emplacados.

Tabela 08  
Evolução da Receita Tributária

R\$ Mil

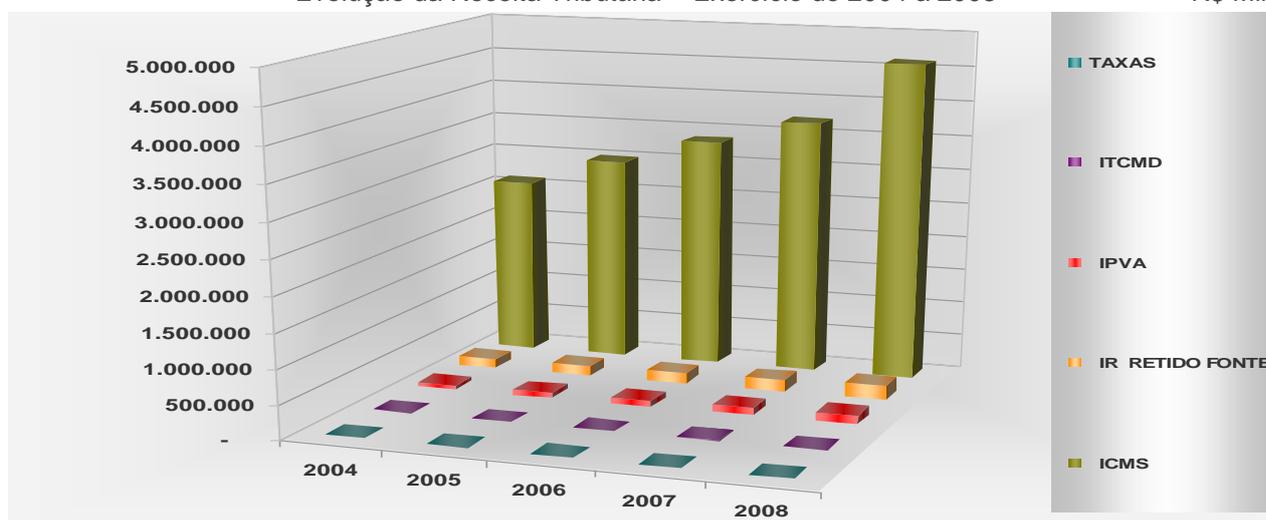
ESPECIFICAÇÃO DAS RECEITAS	EXERCÍCIO					PART. %	VAR. %	
	2004	2005	2006	2007	2008		2008/ 2004	2008/ 2007
<b>IMPOSTOS</b>	<b>2.778.167</b>	<b>3.203.120</b>	<b>3.593.926</b>	<b>3.988.733</b>	<b>4.950.428</b>	<b>99,95</b>	<b>78,19</b>	<b>24,11</b>
IR Retido na Fonte	135.078	143.796	157.542	172.967	212.245	4,29	57,13	22,71
ITCMD	506	681	727	1.772	4.065	0,08	703,01	129,32
IPVA	58.131	72.794	86.980	109.344	126.636	2,56	117,84	15,81
ICMS	2.584.452	2.985.849	3.348.677	3.704.650	4.607.483	93,02	78,28	24,37
<b>TAXAS</b>	<b>1.712</b>	<b>2.192</b>	<b>2.463</b>	<b>2.803</b>	<b>2.533</b>	<b>0,05</b>	<b>47,97</b>	<b>(9,66)</b>
<b>RECEITAS TRIBUTÁRIAS</b>	<b>2.779.878</b>	<b>3.205.311</b>	<b>3.596.389</b>	<b>3.991.536</b>	<b>4.952.961</b>	<b>100,00</b>	<b>78,17</b>	<b>24,09</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Nota: (1) Valores Brutos, não deduzidas as participações constitucionais e legais dos Municípios e FUNDEB

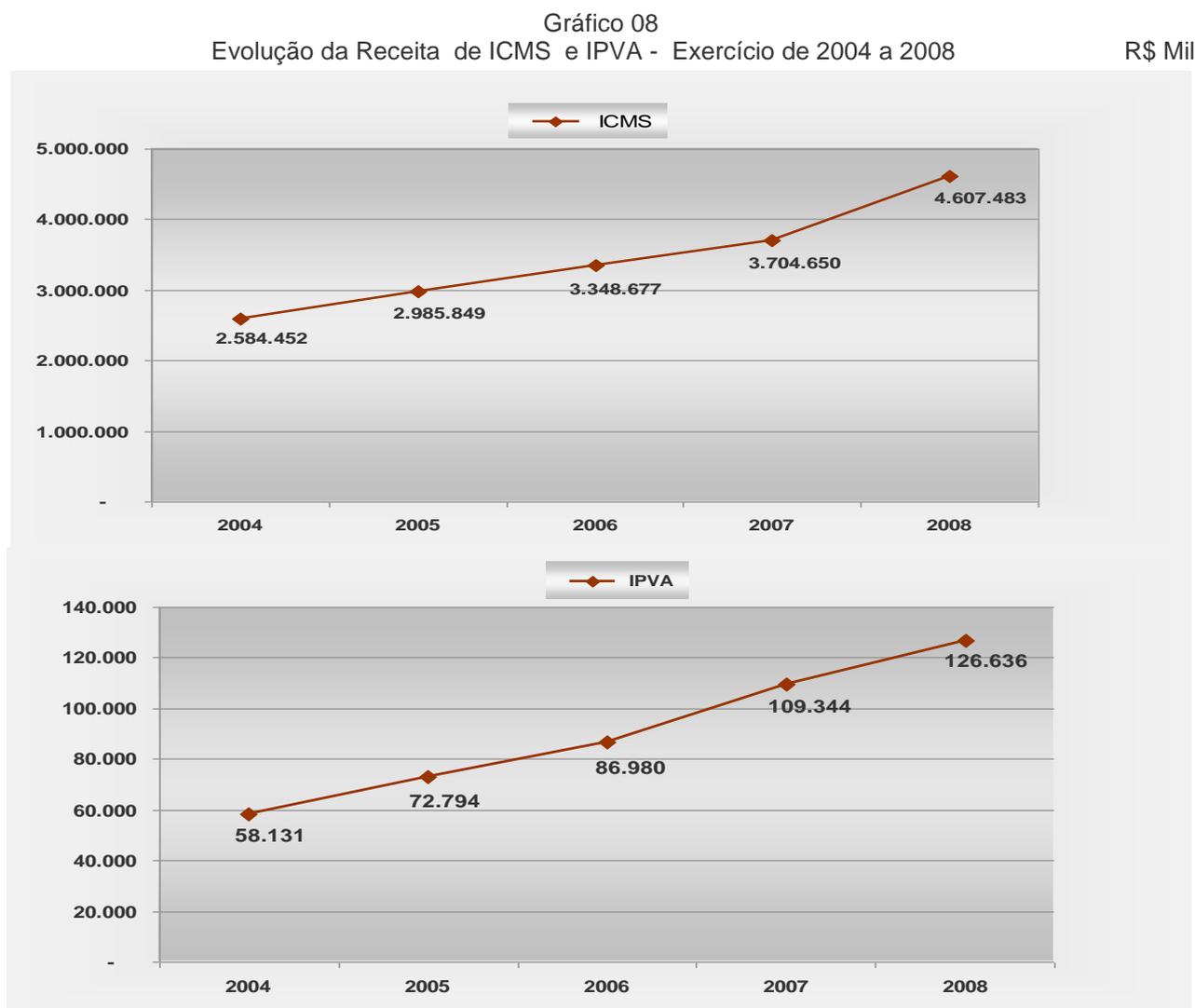
Gráfico 07  
Evolução da Receita Tributária - Exercício de 2004 a 2008

R\$ Mil





No gráfico 08, apresentamos a evolução das duas principais receitas tributárias de competência do Estado (ICMS e IPVA), arrecadadas no período de 2004 a 2008, em valores correntes.



### 2.3 Transferências Correntes

O total arrecadado com transferências correntes, no exercício, foi de R\$ 2,7 bilhões; em relação a 2007 houve um acréscimo nominal expressivo de R\$ 598 milhões, ou 28,53%, demonstrado na tabela 09 e gráfico 09.



As Transferências da União apresentaram a maior participação, com 73,54% do total arrecadado, evidenciando uma variação nominal de R\$ 320 milhões, ou 19,29% ante 2007.

A Cota-parte do Fundo de Participação dos Estados - FPE foi a fonte com maior destaque dentre as transferências, com participação de 48,66% do total, apresentando uma variação nominal de R\$ 239 milhões, equivalente a 22,26% ante 2007.

As Transferências Multigovernamentais, que demonstram os valores recebidos pelo Estado a título de retorno do FUNDEB, tiveram participação de 21,66% do total das transferências, apresentando uma variação nominal de R\$ 182 milhões, ou seja, 45,44% ante 2007.

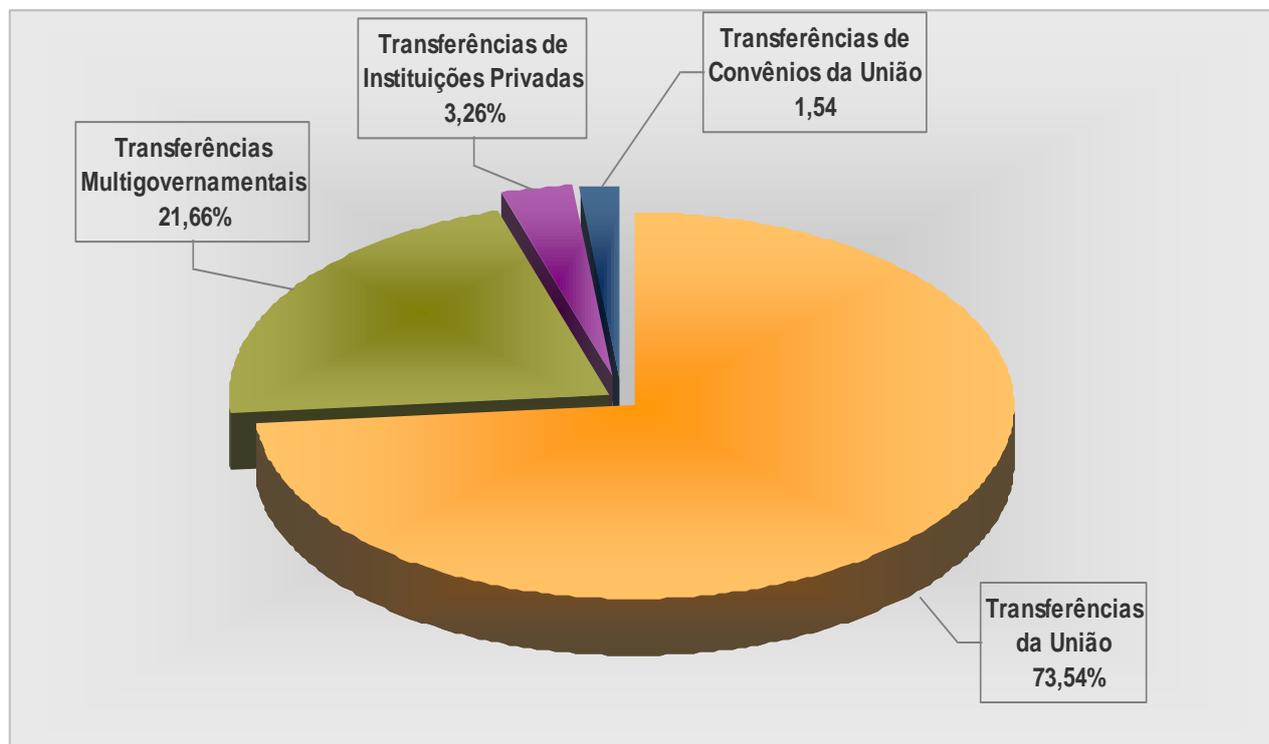
Tabela 09  
Transferências Correntes R\$

ESPECIFICAÇÃO	VALOR ARRECADADO		%	
	2007	2008	PART.	VAR.
<b>Transferências da União</b>	<b>1.659.787.790,64</b>	<b>1.979.934.958,12</b>	<b>73,54</b>	<b>19,29</b>
Cota-parte do F.P.E.	1.071.745.424,21	1.310.312.402,74	48,66	22,26
Cota-parte do I. P. I.	85.344.794,23	50.409.324,67	1,87	(40,93)
Cota-parte da CIDE	28.673.143,10	25.691.587,40	0,95	(10,40)
Transferências Financeiras - L.C. 87/96(Lei Kandir)	14.740.245,00	14.740.245,00	0,55	0,00
Cota-Parte Fundo Especial Petróleo – FEP	146.549.521,47	190.843.284,98	7,09	30,22
Transferências de Recursos do SUS	223.205.583,12	289.668.089,15	10,76	29,78
Transferências de Recursos do FNDE	49.753.148,22	63.020.481,16	2,34	26,67
Transferências de Recursos do FNAS	57.805,80	379.743,06	0,01	556,93
Outras Transferências da União	39.718.125,49	34.869.799,96	1,30	(12,21)
<b>Transferências Multigovernamentais</b>	<b>401.017.832,63</b>	<b>583.224.258,87</b>	<b>21,66</b>	<b>45,44</b>
<b>Transferências de Instituições Privadas</b>	<b>9.411.695,67</b>	<b>87.668.411,28</b>	<b>3,26</b>	<b>831,48</b>
<b>Transferências de Convênios da União</b>	<b>23.373.415,44</b>	<b>41.474.685,29</b>	<b>1,54</b>	<b>77,44</b>
<b>Transferências de Convênios dos Municípios</b>	<b>100.000,00</b>	<b>4.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(96,00)</b>
<b>Transferências Inst. Privadas/Exterior de Convênios</b>	<b>1.076.111,37</b>	<b>225.309,70</b>	<b>0,00</b>	<b>(79,06)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.094.766.845,75</b>	<b>2.692.531.623,26</b>	<b>100,00</b>	<b>28,53</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Nota: Valores Brutos, não deduzidas as participações dos Municípios.

Gráfico 09  
Transferências Correntes



Na tabela 10 demonstramos as Transferências da União e suas Entidades, no exercício de 2008, para execução de convênios pelo Estados acrescidos dos rendimentos de aplicações financeiras. As maiores participações foram da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM, com R\$ 10 milhões ou 23,84%, Secretaria de Estado da Juventude, Desporto e Lazer, com valor de R\$ 4 milhões, ou 10,10% e da Secretaria de Estado de Cultura – SEC, com um total de R\$ 3 milhões, ou 8,35% .



Tabela 10  
Transferências de Convênios da União e suas Entidades R\$

ÓRGÃO	VALOR	PART.%
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM	9.889.153,93	23,84
Secretaria de Estado da Juventude, Desporto e Lazer	4.188.575,04	10,10
Secretaria de Estado de Cultura - SEC	3.461.556,88	8,35
Secretaria de Estado de Produção Rural	3.173.475,99	7,65
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	2.729.275,80	6,58
Instituto de Terras do Amazonas	2.609.773,01	6,29
Universidade do Estado do Amazonas	2.355.453,01	5,68
Fundo Estadual de Saúde - FES	1.853.868,37	4,47
Polícia Militar do Estado do Amazonas - PMAM	1.840.737,95	4,44
Secretaria de Estado do Trabalho e Cidadania	1.440.631,80	3,47
Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas - CBMAM	1.260.425,67	3,04
Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania - SEAS	1.150.469,76	2,77
Secretaria de Estado de Infra Estrutura - SEINF	1.035.318,17	2,50
Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas	798.285,03	1,92
Procuradoria Geral de Justiça	743.255,81	1,79
Secretaria de Estado de Segurança Pública	604.239,35	1,46
Fundação de Dermatologia Tropical e Venereologia Alfredo da Mata	507.985,01	1,22
Secretaria de Estado de Política Fundiária	505.484,92	1,22
Fundação Centro de Controle de Oncologia - FCECON	364.115,99	0,88
Secretaria de Justiça e Direitos Humanos - SEJUS	345.001,05	0,83
Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas - FHMOAM	264.724,10	0,64
Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino	209.320,55	0,50
Defensoria Pública do Estado	51.118,71	0,12
Tribunal de Contas do Estado do Amazonas	22.037,12	0,05
Fundação Vila Olímpica "Danilo de Mattos Areosa"	20.084,72	0,05
Fundação Estadual dos Povos Indígenas	15.027,65	0,04
Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico	13.841,45	0,03
Fundação de Medicina Tropical - FMT/AM	6.185,56	0,01
Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM	5.921,62	0,01
Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - CETAM	4.701,50	0,01
Fundo Penitenciário do Estado do Amazonas - FUPEAM	4.639,77	0,01
<b>TOTAL</b>	<b>41.474.685,29</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



## 2.4 Receitas de Capital

Na tabela 11 apresentamos a receita de capital arrecadada no Estado, que totalizou R\$ 315 milhões e apresentou uma variação nominal de 50,62% em relação a 2007. Comentamos, a seguir, as receitas de capital com maior percentual de participação.

As Operações de Créditos estão assim compostas: R\$ 19 milhões de operação interna do contrato nº 15675065 com a Caixa Econômica Federal, no âmbito do Programa Pró-Saneamento; R\$ 81 milhões, referente ao contrato do BID de nº 1692/OC-BR do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM; R\$ 2 milhões do contrato nº LN 7513/BR do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Alto Solimões – Zona Franca Verde e R\$ 69 milhões do contrato nº 8202171 com o BNDES, referente a construção da ponte Manaus/Iranduba, totalizando R\$ 171 milhões, com participação de 54,15% do total das receitas de capital.

As Transferências de Capital são constituídas dos convênios recebidos da União, Municípios e suas entidades, ficando com participação de 37,10% do total das receitas de capital, e variação nominal de 105,75%, ante 2007, ou R\$ 60 milhões.

As Outras Receitas de Capital são referentes à Lei Federal nº 9.478/97, art. 52, que determina o recolhimento de 1% da produção de petróleo e gás natural realizada pela PETROBRÁS em terras do Estado do Amazonas, representando 8,06% do total das receitas de capital, apresentando uma variação nominal de 30,17%, ante 2007.

Tabela 11  
Receitas de Capital R\$

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADO		%	
	2007	2008	PART.	VAR.
Operações de Crédito	131.177.883,22	170.630.615,67	54,15	30,08
Alienação de Bens Móveis	1.197.640,19	1.772.618,66	0,56	48,01
Amortização de Empréstimos	490.053,26	393.535,37	0,11	(19,70)
Transferências de Capital	56.819.877,33	116.905.042,74	37,10	105,75
Outras Receitas de Capital	19.513.741,38	25.400.145,37	8,06	30,17
<b>TOTAL</b>	<b>209.199.195,38</b>	<b>315.101.957,81</b>	<b>100,00</b>	<b>50,62</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



## 2.5 Transferências de Capital

Na tabela 12 demonstramos os convênios da União e suas entidades, recebidos em 2008, por cada órgão da administração estadual já acrescidos dos rendimentos de aplicação financeira, que totalizaram R\$ 117 milhões. Destacamos a participação da Autarquia Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB, com R\$ 36 milhões, ou 30,68%, Secretaria de Estado de Infra-Estrutura - SEINF, que recebeu R\$ 34 milhões, ou 29,22% e da Secretaria de Estado de Produção Rural - SEPROR, com R\$ 11 milhões ou 9,26%.

Tabela 12  
Transferências de Capital (Convênios da União e sua Entidades)

ÓRGÃO	VALOR	PART.%
Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB	35.864.830,93	30,68
Secretaria de Estado de Infra Estrutura - SEINF	34.155.091,04	29,22
Secretaria de Estado de Produção Rural - SEPROR	10.823.604,04	9,26
Fundo Estadual de Saúde - FES	9.593.166,53	8,21
Secretaria de Estado de Segurança Pública	9.130.776,22	7,81
Secretaria de Estado de Justiça - SEJUS	6.336.184,44	5,42
Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas	5.663.034,95	4,84
Secretaria de Estado da Juventude, Desporto e Lazer	2.423.983,93	2,07
Polícia Militar do Estado do Amazonas - PMAM	1.355.500,00	1,16
Fundação Centro de Controle de Oncologia - FCECON	340.670,10	0,29
Secretaria de Estado de Política Fundiária - SPF	336.519,38	0,29
Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas - CBMAM	280.620,00	0,24
Fundação de Dermatologia Tropical e Venereologia - Alfredo da mata	279.996,52	0,24
Secretaria de Estado do Trabalho - SETRAB	164.624,00	0,14
Fundação de Medicina Tropical - FMT-AM	41.095,35	0,04
Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino	40.000,00	0,03
Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM	31.372,87	0,03
Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania - SEAS	15.000,00	0,01
Procuradoria Geral de Justiça - PGJ	13.000,00	0,01
Secretaria Executiva Adjunta	10.972,44	0,01
<b>TOTAL</b>	<b>116.900.042,74</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

A Polícia Militar do Amazonas recebeu, em 2008, de transferências de Municípios e suas entidades, para execução de convênios de capital, o valor de R\$ 5 mil, que totalizou as transferências de capital em R\$ 117 milhões.



## 2.6 Renúncia Fiscal

Em cumprimento aos dispositivos constitucionais e Leis nº 2.826, de 29/09/2003, nº 1.939, de 27/12/1989 e nº 2.390, de 08/05/1996 e que instituem a política de incentivos fiscais e extrafiscais do Estado para as empresas instaladas na Zona Franca de Manaus - ZFM, a renúncia fiscal totalizou, em 2008, R\$ 3,1 bilhões, conforme demonstramos na tabela 13 a seguir

Tabela 13  
Demonstrativo da Renúncia Fiscal

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	PART. %
Leis nº 2.826, de 29/09/2003	2.826.312.099,74	91,08
Leis nº 1.939, de 27/12/1989 e nº 2.390, de 08/05/1996	276.806.090,29	8,92
<b>TOTAL</b>	<b>3.103.118.190,03</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Secretaria Executiva da Receita

Este modelo de sucesso instituído pela ZFM, representa, em termos de registros fiscais, 40,26% em relação a arrecadação potencial do ICMS, correspondente ao valor arrecadado no exercício de R\$ 4,6 bilhões mais o valor das renúncias de R\$ 3,1 bilhões, totalizando R\$ 7,7 bilhões, significa que para cada R\$ 1,00 arrecadado de ICMS, tem-se uma renúncia de R\$ 0,40 .

## 3 GESTÃO DA EXECUÇÃO DA DESPESA

### 3.1 Despesa Orçamentária

Compreende o valor da despesa fixada, conforme determinado na LOA e as alterações ocorridas no exercício. Na tabela 14, apresentamos as despesas por categoria econômica e grupo.



A despesa autorizada final ficou em R\$ 8,2 bilhões, alterada em 1,5 bilhão em relação à dotação inicial, representando um acréscimo de 22,80% do total fixado inicialmente, abaixo do limite estabelecido na LDO, que é de 40%.

Tabela 14  
Despesa Autorizada Final por Categoria Econômica

CATEGORIA ECONOMICA	DOTAÇÃO INICIAL	ALTERAÇÃO	AUTORIZAÇÃO FINAL	PART %
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>5.414.762.400,00</b>	<b>1.078.058.048,44</b>	<b>6.492.820.448,44</b>	<b>79,33</b>
Pessoal e Encargos Sociais	2.681.578.000,00	407.210.958,98	3.088.788.958,98	47,57
Juros e Encargos da Dívida	114.525.000,00	(6.778.847,70)	107.746.152,30	1,66
Outras Despesas Correntes	2.618.659.400,00	677.625.937,16	3.296.285.337,16	50,77
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>869.729.600,00</b>	<b>808.417.660,14</b>	<b>1.678.147.260,14</b>	<b>20,50</b>
Investimentos	697.749.600,00	823.947.463,68	1.521.697.063,68	90,68
Inversões Financeiras	10.480.000,00	844.962,55	11.324.962,55	0,67
Amortizações da Dívida	161.500.000,00	(16.374.766,09)	145.125.233,91	8,65
<b>RESERVA DE CONTIGÊNCIA</b>	<b>380.706.000,00</b>	<b>(367.075.613,11)</b>	<b>13.630.386,89</b>	<b>0,17</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>6.665.198.000,00</b>	<b>1.519.400.095,47</b>	<b>8.184.598.095,47</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Na tabela 15, demonstramos a despesa autorizada final, com as alterações ocorridas no exercício, por função e percentuais de participação em cada uma, destacando-se as funções encargos sociais, saúde e educação, com percentuais 19,04% 17,72% e 15,11%, respectivamente.



Tabela 15  
Despesa Autorizada Final por Função

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	ALTERAÇÃO	AUTORIZAÇÃO FINAL	PART. %
1	Legislativa	206.248.000,00	38.173.389,33	244.421.389,33	2,99
2	Judiciária	226.929.000,00	33.937.057,66	260.866.057,66	3,19
3	Essencial à Justiça	117.725.056,00	10.424.033,94	128.149.089,94	1,57
4	Administração	584.610.544,00	(42.401.532,02)	542.209.011,98	6,62
6	Segurança Pública	474.646.000,00	106.832.698,04	581.478.698,04	7,10
8	Assistência Social	76.277.300,00	40.316.308,00	116.593.608,00	1,42
9	Previdência Social	190.000.000,00	107.472.487,34	297.472.487,34	3,63
10	Saúde	1.150.913.000,00	299.724.552,13	1.450.637.552,13	17,72
11	Trabalho	7.624.000,00	2.027.175,73	9.651.175,73	0,12
12	Educação	963.186.900,00	273.555.234,16	1.236.742.134,16	15,11
13	Cultura	66.174.000,00	13.846.254,44	80.020.254,44	0,98
14	Direitos da Cidadania	75.216.700,00	45.643.675,87	120.860.375,87	1,48
15	Urbanismo	127.555.175,00	582.543.990,11	710.099.165,11	8,68
16	Habitação	81.166.000,00	31.703.489,56	112.869.489,56	1,38
17	Saneamento	180.442.800,00	18.009.185,45	198.451.985,45	2,42
18	Gestão Ambiental	40.144.000,00	17.407.714,29	57.551.714,29	0,70
19	Ciência e Tecnologia	66.501.000,00	(7.484.840,47)	59.016.159,53	0,72
20	Agricultura	77.700.000,00	31.403.795,39	109.103.795,39	1,33
21	Organização Agrária	13.140.500,00	12.598.785,46	25.739.285,46	0,31
22	Indústria	3.000.000,00	(3.000.000,00)	0,00	0,00
23	Comércio e Serviços	18.993.000,00	4.059.568,41	23.052.568,41	0,28
24	Comunicações	45.789.000,00	23.609.527,31	69.398.527,31	0,85
25	Energia	12.095.000,00	(9.127.589,73)	2.967.410,27	0,04
26	Transporte	41.401.925,00	86.023.036,64	127.424.961,64	1,56
27	Desporto e Lazer	16.733.400,00	31.020.571,50	47.753.971,50	0,58
28	Encargos Especiais	1.420.279.700,00	138.157.140,04	1.558.436.840,04	19,04
99	Reserva de Contingência	380.706.000,00	(367.075.613,11)	13.630.386,89	0,17
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>6.665.198.000,00</b>	<b>1.519.400.095,47</b>	<b>8.184.598.095,47</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



### 3.2 Execução da Despesa

A despesa empenhada no exercício de 2008 totalizou R\$ 7,8 bilhões, que comparada à autorizada final, resultou numa economia orçamentária de R\$ 401 milhões, representando 4,89% do total da despesa autorizada, conforme demonstrado na tabela 16.

Este feito vem reforçar a determinação do governo em manter o equilíbrio fiscal e uma eficiente gestão dos gastos públicos.

Tabela 16  
Demonstrativo da Despesa Autorizada com a Despesa Empenhada R\$

TÍTULOS	AUTORIZADA	EMPENHADA	ECONOMIA %
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>6.492.820.448,44</b>	<b>6.361.811.155,94</b>	<b>2,02</b>
Pessoal e Encargos Sociais	3.088.788.958,98	3.075.449.458,53	0,43
Juros e Encargos da Dívida	107.746.152,30	107.572.169,06	0,16
Outras Despesas Correntes	3.296.285.337,16	3.178.789.528,35	3,56
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.678.147.260,14</b>	<b>1.422.235.281,11</b>	<b>15,25</b>
Investimentos	1.521.697.063,68	1.265.917.703,75	16,81
Inversões Financeiras	11.324.962,55	11.324.962,55	0,00
Amortização da Dívida	145.125.233,91	144.992.614,81	0,09
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>13.630.386,89</b>	<b>0,00</b>	<b>100,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>8.184.598.095,47</b>	<b>7.784.046.437,05</b>	<b>4,89</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Na tabela 17 e gráfico 10, apresentamos o comparativo da receita arrecadada com a despesa empenhada mensal do exercício de 2008, evidenciando um superávit da receita em relação à despesa de R\$ 203 milhões, ou 2,60%, já considerando as despesas empenhadas por conta do superávit financeiro apurado no balanço de 2007, tendo sido utilizado R\$ 257 milhões no exercício de 2008, para os quais não há receita no exercício, o que eleva o superávit do ano para R\$ 460 milhões.



Tabela 17  
Comparativo da Receita Arrecadada com Despesa Executada Mensal R\$

MÊS	RECEITA ARRECADADA	DESPESA EMPENHADA	VARIAÇÃO
Janeiro	556.655.134,04	1.091.907.661,23	(49,02)
Fevereiro	638.022.919,40	494.583.018,56	29,00
Março	549.371.050,83	539.246.461,73	1,88
Abril	614.496.030,22	664.627.107,06	(7,54)
Mai	628.677.033,87	631.988.227,29	(0,52)
Junho	612.747.669,60	771.455.376,87	(20,57)
Julho	664.071.282,54	767.636.340,16	(13,49)
Agosto	653.255.711,87	592.937.944,91	10,17
Setembro	733.290.107,32	589.886.385,16	24,31
Outubro	739.433.955,40	532.276.506,38	38,92
Novembro	790.876.971,75	581.011.627,44	36,12
Dezembro	805.793.319,25	526.489.780,26	53,05
<b>TOTAL</b>	<b>7.986.691.186,09</b>	<b>7.784.046.437,05</b>	<b>2,60</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Gráfico 10  
Comparativo da Receita Arrecadada com a Despesa Empenha R\$ Mil





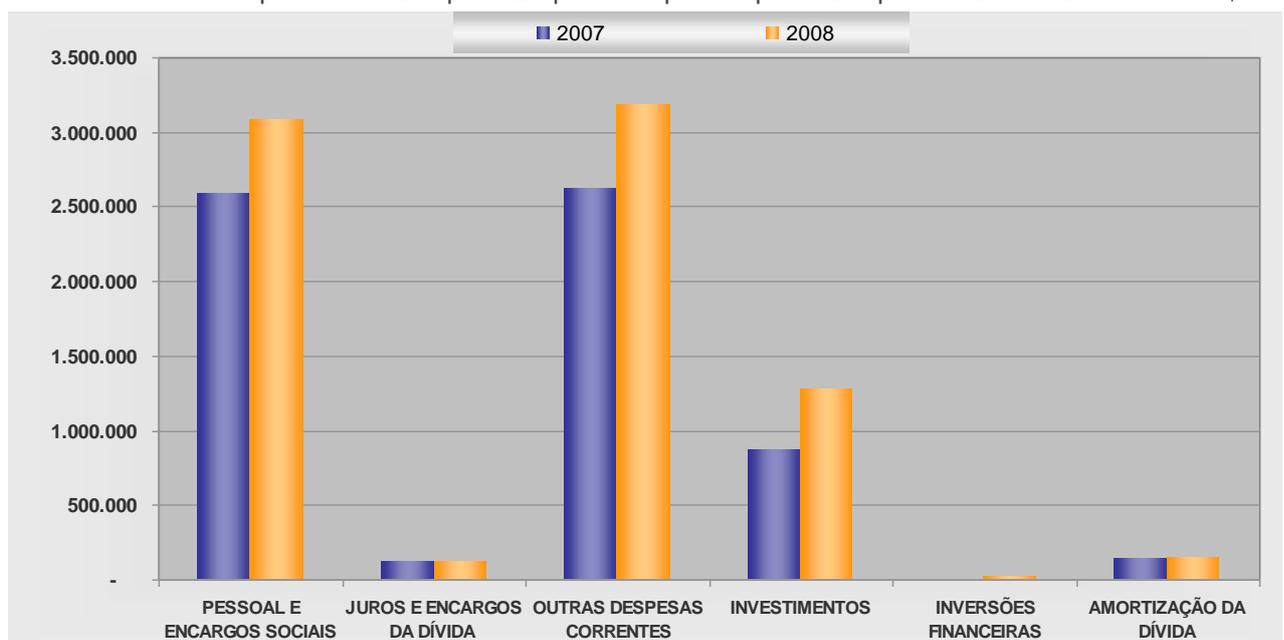
A tabela 18 e o gráfico 11 apresentam as despesas empenhadas por categoria econômica e grupo. Comparando os exercícios de 2008 com 2007, percebemos um acréscimo nominal de R\$ 1,5 bilhão o que corresponde a 23,46%. Destacamos as despesas de capital, representando os investimentos do governo, com 42,67%.

Tabela 18  
Comparativo da Despesa Empenhada por Categoria Econômica

ESPECIFICAÇÃO	2007	PART. %	2008	PART. %	VAR. %
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>5.308.080.972,33</b>	<b>84,19</b>	<b>6.361.811.155,94</b>	<b>81,73</b>	<b>19,85</b>
Pessoal e Encargos Sociais	2.589.253.572,66	48,78	3.075.449.458,53	48,34	18,78
Juros e Encargos da Dívida	106.810.621,09	2,01	107.572.169,06	1,69	0,71
Outras Despesas Correntes	2.612.016.778,58	49,21	3.178.789.528,35	49,97	21,70
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>996.887.999,68</b>	<b>15,81</b>	<b>1.422.235.281,11</b>	<b>18,27</b>	<b>42,67</b>
Investimentos	864.053.310,80	86,68	1.265.917.703,75	89,01	46,51
Inversões Financeiras	1.667.011,00	0,17	11.324.962,55	0,80	579,36
Amortização da Dívida	131.167.677,88	13,16	144.992.614,81	10,19	10,54
<b>TOTAL</b>	<b>6.304.968.972,01</b>	<b>100,00</b>	<b>7.784.046.437,05</b>	<b>100,00</b>	<b>23,46</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Gráfico 11  
Comparativo da Despesa Empenhada por Grupo de Despesa – 2007 e 2008





Na tabela 19 e gráfico 12, apresentamos a despesa empenhada por função, comparando 2008 em relação a 2007, com o percentual de participação em cada exercício e variações ocorridas. Em termos de valor acrescido, destacamos as funções saúde com R\$ 182 milhões, ou 14,82%, educação com R\$ 213 milhões, ou 21,51%, segurança pública com 94 milhões, ou 20,30% e urbanismo com R\$ 434 milhões, ou 230,69%.

Tabela 19  
Comparativo da Despesa Empenhada Por Função

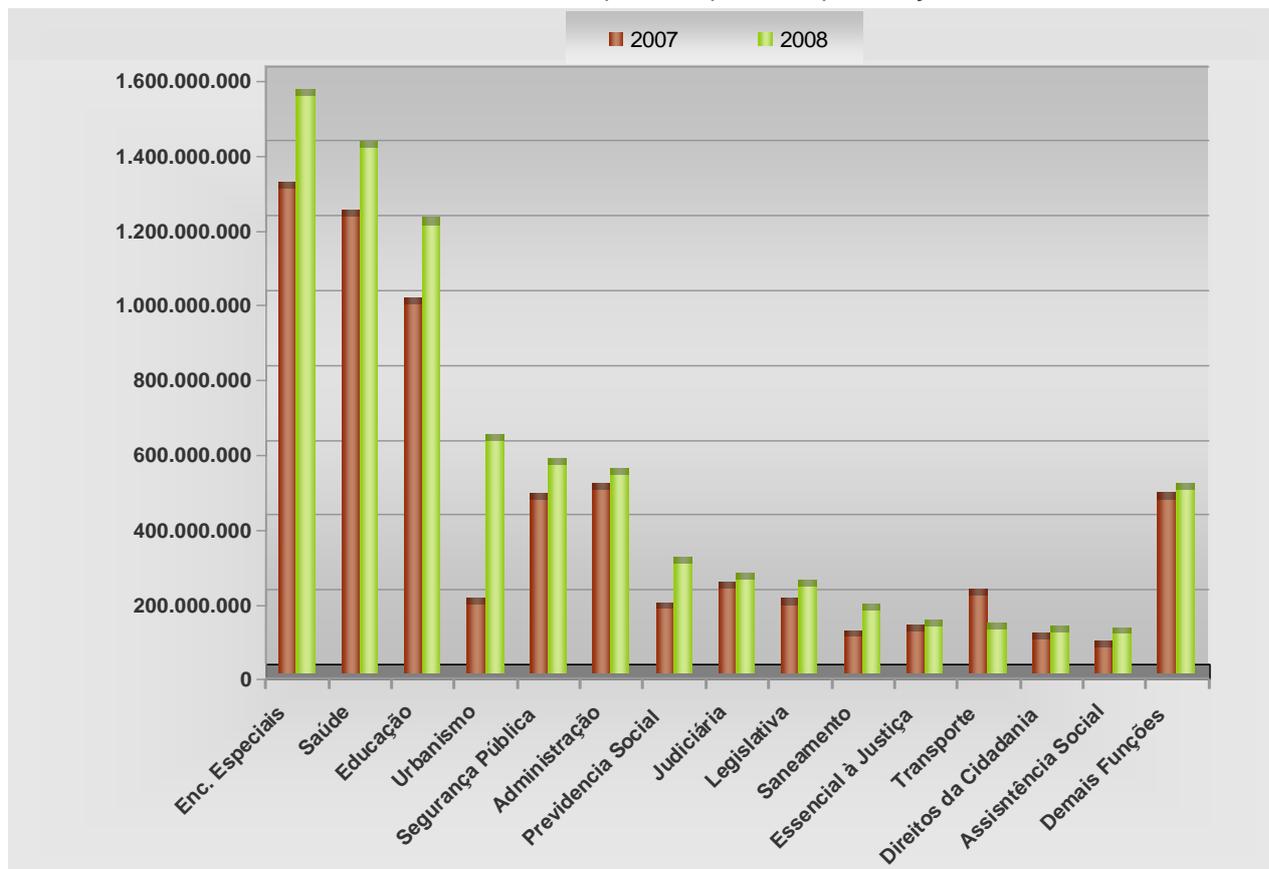
CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	2007	PART. %	2008	PART. %	VAR. %
1	Legislativa	184.378.401,45	2,92	233.820.497,80	3,00	26,82
2	Judiciária	227.989.038,49	3,62	252.364.049,48	3,24	10,69
3	Essencial à Justiça	114.654.402,96	1,82	127.352.052,36	1,64	11,07
4	Administração	493.006.101,38	7,82	531.843.856,84	6,83	7,88
6	Segurança Pública	465.134.069,37	7,38	559.540.048,91	7,19	20,30
8	Assistência Social	73.691.536,16	1,17	108.528.156,73	1,39	47,27
9	Previdência Social	172.978.403,16	2,74	297.472.487,34	3,82	71,97
10	Saúde	1.226.353.974,55	19,45	1.408.145.448,97	18,09	14,82
11	Trabalho	8.901.265,20	0,14	8.653.977,38	0,11	(2,78)
12	Educação	990.068.868,97	15,70	1.203.059.895,24	15,46	21,51
13	Cultura	77.222.946,32	1,22	76.789.881,42	0,99	(0,56)
14	Direitos da Cidadania	91.182.611,45	1,45	111.742.791,41	1,44	22,55
15	Urbanismo	187.879.590,48	2,98	621.305.336,38	7,98	230,69
16	Habitação	123.958.750,56	1,97	56.175.349,68	0,72	(54,68)
17	Saneamento	99.823.866,80	1,58	169.639.206,72	2,18	69,94
18	Gestão Ambiental	39.326.538,49	0,62	51.441.530,19	0,66	30,81
19	Ciência e Tecnologia	39.218.979,03	0,62	49.250.316,37	0,63	25,58
20	Agricultura	67.456.028,55	1,07	90.466.336,67	1,16	34,11
21	Organização Agrária	13.972.593,70	0,22	23.046.762,43	0,30	64,94
23	Comércio e Serviços	11.927.148,61	0,19	22.094.954,89	0,28	85,25
24	Comunicações	54.979.348,20	0,87	69.201.215,74	0,89	25,87
25	Energia	223.731,12	0,00	2.661.394,67	0,03	1089,55
26	Transporte	209.790.887,67	3,33	120.042.676,03	1,54	(42,78)
27	Desporto e Lazer	30.442.353,59	0,48	43.342.383,09	0,56	42,38
28	Encargos Especiais	1.300.407.535,75	20,63	1.546.065.830,31	19,86	18,89
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>6.304.968.972,01</b>	<b>100,00</b>	<b>7.784.046.437,05</b>	<b>100,00</b>	<b>23,46</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



Gráfico 12  
Demonstrativo da Despesa Empenhada por Função

R\$ Mil



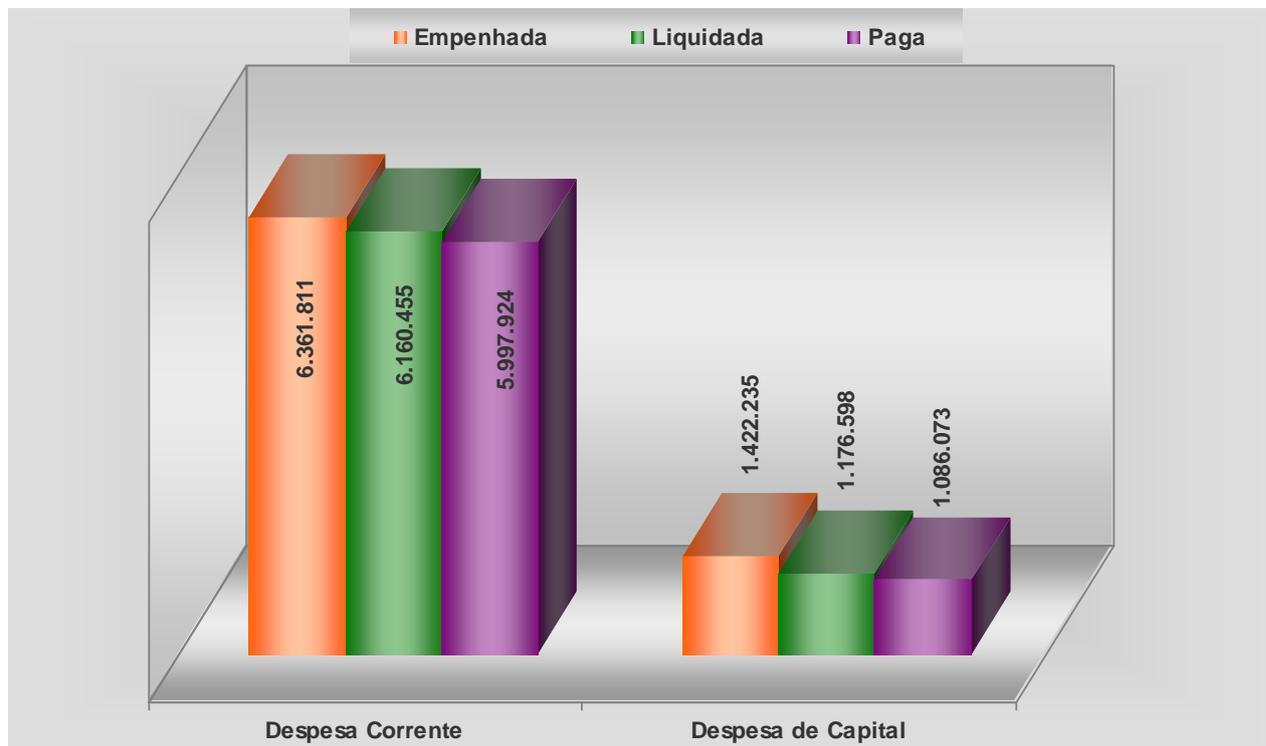
Nos Quadros 02 e 03, em anexo, demonstramos a despesa empenhada por fonte de recursos e por órgão, respectivamente. Comparamos os exercícios de 2007 e 2008, com percentual de participação em cada item.

Nos quadros de 04 a 06, em anexo, demonstramos a evolução mensal da despesa empenhada, liquidada e paga, respectivamente, no exercício de 2008, classificada por grupo e natureza de despesa.

O gráfico 13 a seguir apresenta a despesa empenhada, liquidada e paga, no exercício de 2008, classificada por categoria econômica.

Gráfico 13  
Demonstrativo das Despesas por Categoria Econômica

R\$ Mil



### 3.3 Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios

O total das distribuições de receitas aos Municípios, contabilizadas pelo Estado do Amazonas, no exercício de 2008, foi de R\$ 1,3 bilhão que, comparado ao exercício de 2007, cresceu R\$ 233 milhões, com variação nominal de 22,32%, conforme demonstrado na tabela 20 e gráfico 14.

Evidenciando a fonte do ICMS como a principal participação das transferências aos municípios, com 90,78%, tendo uma variação nominal positiva de 24,12% em relação a 2007, ou R\$ 225 milhões. Também merecem destaque as transferências referentes ao IPVA, com variação de 17,30% ou R\$ 10 milhões, conforme demonstrado na tabela e gráfico especificado no parágrafo anterior.

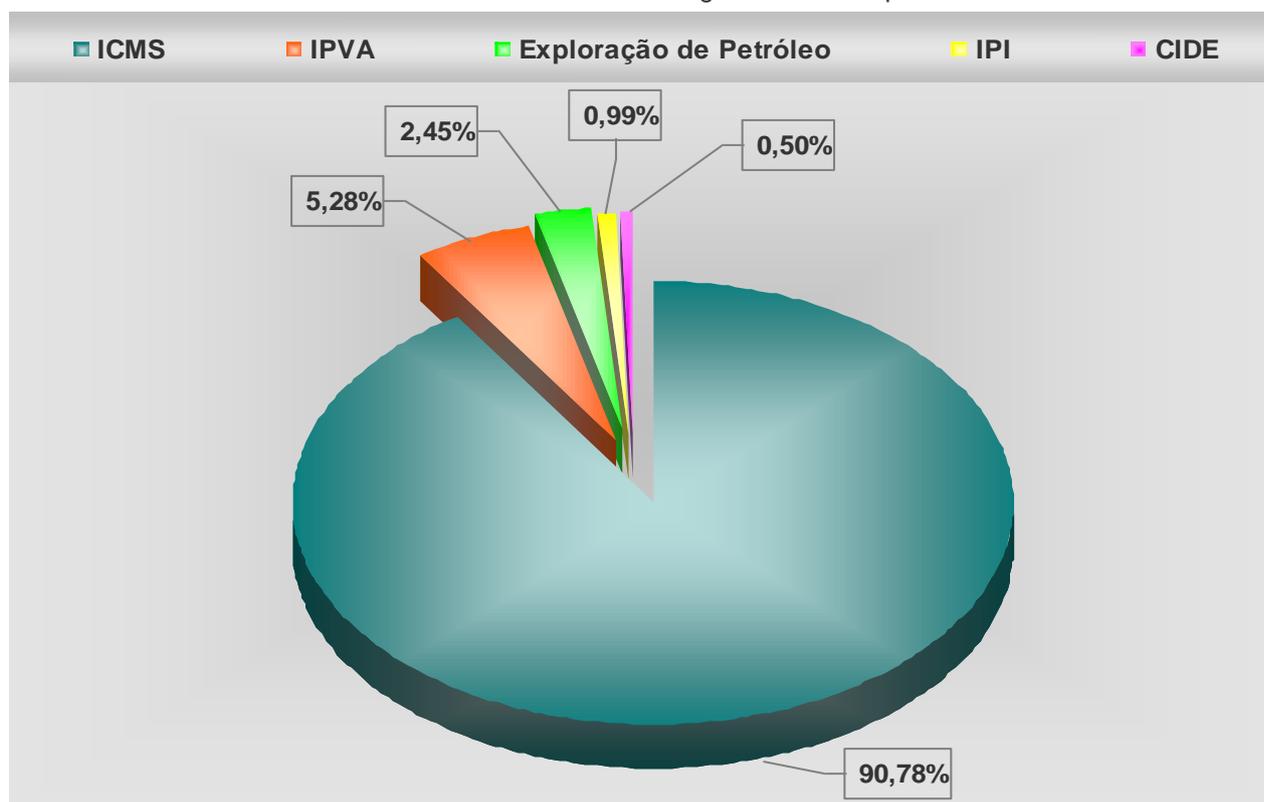


Tabela 20  
Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios

FONTE	2007	2008	PART. %	VAR. %
ICMS	933.019.001,86	1.158.070.418,84	90,78	24,12
IPVA	57.295.978,64	67.206.261,44	5,28	17,30
Exploração de Petróleo	24.047.042,05	31.292.022,44	2,45	30,13
IPI	21.336.198,57	12.602.331,18	0,99	(40,93)
CIDE	7.168.285,78	6.422.896,85	0,50	(10,40)
<b>TOTAL</b>	<b>1.042.866.506,90</b>	<b>1.275.593.930,71</b>	<b>100,00</b>	<b>22,32</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Gráfico 14  
Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios – 2008





### 3.4 Repasse aos Poderes

No exercício de 2008, foi repassado aos Poderes o total de R\$ 554 milhões que, comparado ao exercício de 2007, apresentou um acréscimo nominal de R\$ 79 milhões, conforme demonstrado por cada órgão na tabela 21 e gráfico 15.

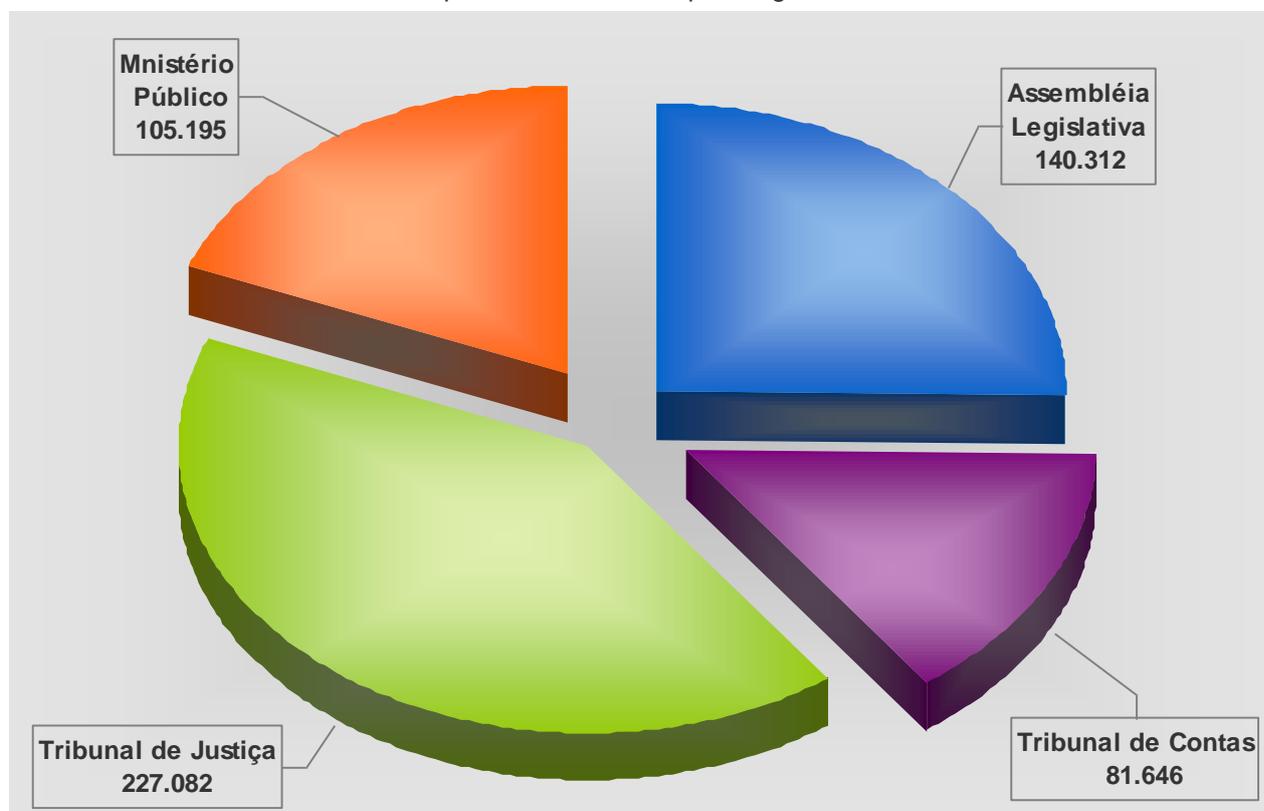
Tabela 21  
Demonstrativo de Repasse aos Poderes

ORGÃO	2007	2008
Assembléia Legislativa	106.151.702,72	140.312.000,00
Tribunal de Contas	78.036.670,04	81.645.999,98
Tribunal de Justiça	197.832.083,37	227.082.000,02
Ministério Público	93.320.732,03	105.194.999,98
<b>TOTAL</b>	<b>475.341.188,16</b>	<b>554.234.999,98</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Gráfico 15  
Repasse aos Poderes por Órgão – 2008

R\$ Mil





## 4 ANÁLISE DOS BALANÇOS

### 4.1 Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário, de acordo com o art. 102 da lei nº 4.320/64, “demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas”, o qual apresentamos sinteticamente na tabela 22.

O Estado do Amazonas apresentou um superávit orçamentário de R\$ 203 milhões em 2008, no entanto, analisando sob o enfoque da utilização do superávit financeiro de 2007, se desconsiderarmos as despesas empenhadas com recursos de exercícios anteriores, no total de R\$ 257 milhões, conforme demonstrada no quadro 02, em anexo, correspondente à utilização de créditos orçamentários abertos por conta daquele superávit financeiro, teríamos um superávit orçamentário, no exercício, da ordem de R\$ 460 milhões.

Tabela 22  
Comparativo do Balanço Orçamentário

FONTE	2007	2008	Var %
1 Receita Prevista	6.104.448.000,00	6.665.198.000,00	9,19
2 Receita Arrecadada	6.583.997.161,83	7.986.691.186,09	21,30
<b>3 Superávit de Arrecadação (2-1)</b>	<b>479.549.161,83</b>	<b>1.321.493.186,09</b>	<b>175,57</b>
4 Despesa Autorizada	6.606.454.740,30	8.184.598.095,47	23,89
5 Despesa Empenhada	6.304.968.972,01	7.784.046.437,05	23,46
<b>6 Economia Orçamentária (4-5)</b>	<b>301.485.768,29</b>	<b>400.551.658,42</b>	<b>32,86</b>
<b>7 Superávit Orçamentário (2-5)</b>	<b>279.028.189,82</b>	<b>202.644.749,04</b>	<b>(27,37)</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



Apresentamos, na tabela 23, o resultado da execução orçamentária, por categoria econômica, que somados correspondem ao superávit orçamentário do exercício de 2008.

Tabela 23  
Resultado da Execução Orçamentária

TÍTULO	EXECUÇÃO
1 Receitas Correntes	8.567.719.425,84
2 Despesas Correntes	6.361.811.155,94
3 Deduções da Receita	896.130.197,56
<b>4 Resultado do Orçamento Corrente (1-2-3)</b>	<b>1.309.778.072,34</b>
5 Receitas de Capital	315.101.957,81
6 Despesas de Capital	1.422.235.281,11
<b>7 Resultado do Orçamento de Capital (5-6)</b>	<b>(1.107.133.323,30)</b>
<b>8 SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO DE EXECUÇÃO (4 + 7)</b>	<b>202.644.749,04</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

## 4.2 Balanço Financeiro

De acordo com o art. 103 da lei nº 4.320/64 o Balanço Financeiro “demonstra as receitas e despesas orçamentárias e extra-orçamentárias, bem como os saldos disponíveis do exercício anterior e o que se transfere para o exercício seguinte”.

Apresentamos, na tabela 24, uma síntese do resultado do Balanço Financeiro Consolidado do Estado, dos exercícios de 2007 e 2008.

O resultado financeiro apurado em 2008 (diferença entre o somatório das receitas orçamentárias, extra-orçamentárias e interferências ativas e o somatório das despesas orçamentárias, extra-orçamentárias e interferências passivas) foi positivo em R\$ 597 milhões. Esse resultado já considera a utilização, neste exercício, de R\$ 257 milhões do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2007.

O mesmo resultado pode ser obtido através da diferença entre as disponibilidades, ou seja, o saldo para o exercício seguinte menos o saldo do exercício anterior.



Tabela 24  
Demonstrativo do Balanço Financeiro

FONTE	2007	2008	Var. %
1 Receita Orçamentária	6.583.997.161,83	7.986.691.186,09	21,30
2 Receita Extra - Orçamentária	3.900.793.022,57	4.701.315.576,53	20,52
3 Interferências Ativas	10.827.579.429,86	13.251.967.104,61	22,39
4 Despesa Orçamentária	6.304.968.972,01	7.784.046.437,05	23,46
5 Despesa Extra - Orçamentária	3.594.262.708,13	4.307.334.463,42	19,84
6 Interferências Passivas	10.828.071.536,11	13.251.651.257,24	22,38
7 Saldo do Exercício Anterior	439.922.490,18	1.025.058.888,19	133,01
8 Saldo para o Exercício Seguinte	1.025.058.888,19	1.622.000.597,71	58,23
<b>9 Resultado Financeiro (( 1+2+3) - (4+5+6))</b>	<b>585.066.398,01</b>	<b>596.941.709,52</b>	<b>2,03</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

### 4.3 Balanço Patrimonial

O balanço patrimonial é uma demonstração contábil evidenciada pelas seções de ativo (bens e direitos) e passivo (obrigações), indicando a situação patrimonial líquida do Estado. Apresentamos na tabela 25 uma síntese do Balanço, onde fica evidenciado, através do saldo patrimonial positivo acumulado, no exercício de 2008, um acréscimo nominal de 4,90% ante 2007, ou R\$ 159 milhões.

O recurso hábil para abertura de créditos suplementares e especiais no exercício seguinte ao da apuração é representado pelo “superávit financeiro” obtido pela diferença entre o ativo financeiro (Disponível + Créditos em circulação) e passivo financeiro (Depósitos + Obrigações por empenho). O superávit financeiro do exercício de 2008 totalizou R\$ 826 milhões.

O valor de R\$ 3,1 bilhões, representado pelo Imobilizado no anexo 14 - Balanço Patrimonial de 2008, no nosso entendimento não reflete a realidade, tendo em vista que os Bens Móveis e Imóveis foram registrados pelos valores correntes da época de aquisição ou construção. Em nossa análise, faz-se necessária uma reavaliação do Imobilizado do Estado para atualização dos registros. Esse trabalho poderá ser feito por técnicos da administração do patrimônio do Estado ou por empresa especializada do ramo, com emissão de laudo técnico.



Tabela 25  
Demonstrativo do Balanço Patrimonial

FONTE	2007	2008	Var. %
1 Ativo Financeiro	1.047.830.890,96	1.645.020.237,93	56,99
2 Realizável a Longo Prazo	1.594.735.485,12	1.485.737.209,96	(6,83)
3 Ativo Permanente	3.051.226.069,93	3.334.109.884,83	9,27
4 Ativo Compensado	17.625.573,45	19.375.675,73	9,93
<b>5 Total do Ativo</b>	<b>5.711.418.019,46</b>	<b>6.484.243.008,45</b>	<b>13,53</b>
6 Passivo Financeiro	483.206.280,37	818.732.358,64	69,44
7 Exigível a Longo Prazo	1.956.955.059,67	2.232.964.651,39	14,10
8 Passivo Compensado	17.625.573,45	19.375.675,73	9,93
<b>9 Passivo Real</b>	<b>2.457.786.913,49</b>	<b>3.071.072.685,76</b>	<b>24,95</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL (5-9)</b>	<b>3.253.631.105,97</b>	<b>3.413.170.322,69</b>	<b>4,90</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

#### 4.3.1 Resultado/Saldo Patrimonial

O Estado do Amazonas apresentou em 2008 um resultado patrimonial positivo de R\$ 159 milhões, elevando o saldo patrimonial acumulado para R\$ 3,4 bilhões, com variação nominal ante 2007 de 4,90%, apurado no Balanço Patrimonial, conforme demonstramos na tabela 26.

Tabela 26  
Resultado/Saldo Patrimonial

EXERCÍCIO	RESULTADO DO EXERCÍCIO	SALDO PATRIMONIAL ACUMULADO	VAR. %
2004	135.987.313,50	1.917.548.667,19	7,63
2005	146.054.003,86	2.063.602.671,05	7,62
2006	565.474.187,89	2.629.076.858,94	27,40
2007	624.554.247,03	3.253.631.105,97	23,76
2008	159.539.216,72	3.413.170.322,69	4,90

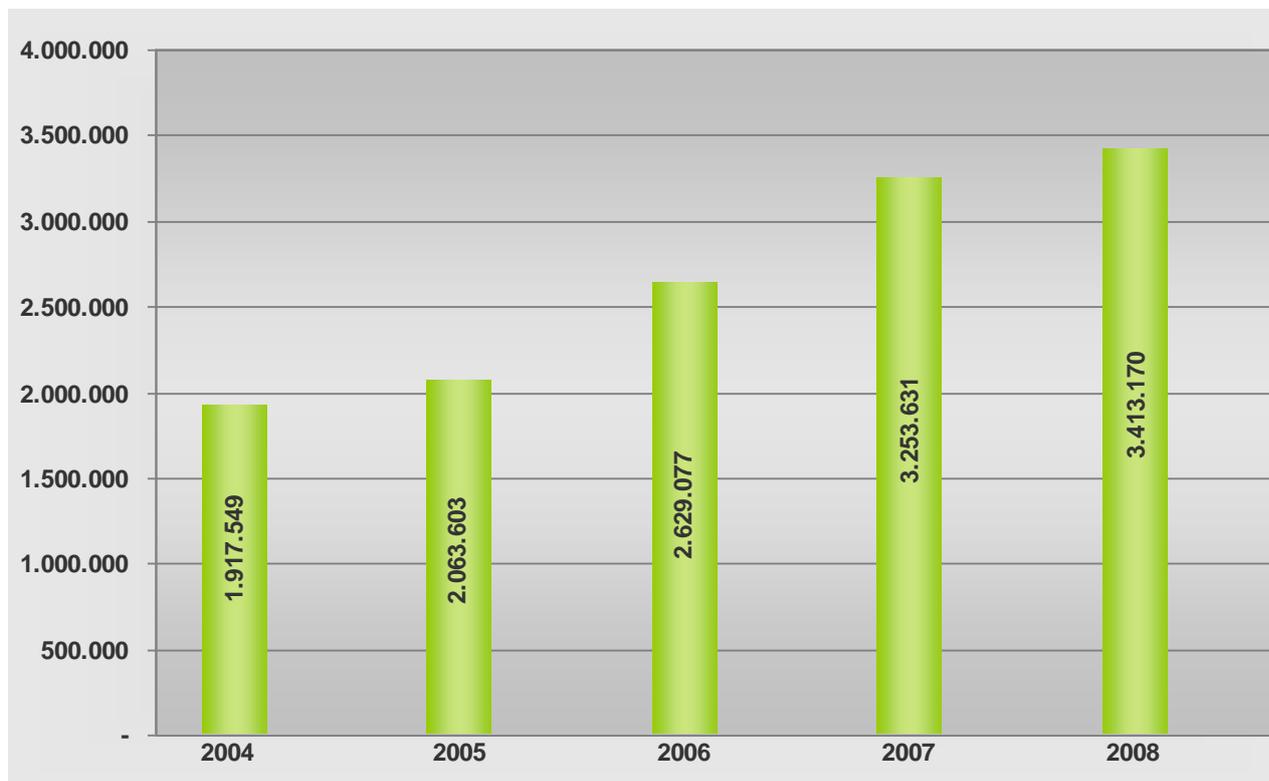
Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



No gráfico 16, demonstramos a evolução do saldo patrimonial acumulado, de 2004 a 2008, evidenciando resultados positivos nos últimos cinco exercícios, com variação nominal de 2008 ante 2004 de 78,00 %, ou R\$ 1,5 bilhão.

Gráfico 16  
Saldo Patrimonial – 2004 a 2008

R\$ Mil



#### 4.4 Variações Patrimoniais

O demonstrativo das variações patrimoniais é apresentado em duas seções (variações ativas e passivas), distribuídas em três grupos, que apresentamos sinteticamente, na tabela 27.

O resultado patrimonial é apurado através da diferença entre os somatórios das variações ativas e passivas. No exercício de 2008, foi verificado um resultado superavitário de R\$ 159 milhões.



Tabela 27  
Demonstrativo das Variações Patrimoniais

FONTE	2007	2008	R\$ Var %
<b>1 VARIAÇÕES ATIVAS</b>	<b>18.297.164.842,40</b>	<b>22.118.838.223,56</b>	<b>20,89</b>
1.1 Resultantes da Execução Orçamentária	6.583.997.161,83	7.986.691.186,09	21,30
1.2 Mutações Patrimoniais	252.897.608,89	354.356.785,06	40,12
1.3 Independentes da Execução Orçamentária	11.460.270.071,68	13.777.790.252,41	20,22
<b>2 VARIAÇÕES PASSIVAS</b>	<b>17.672.610.595,37</b>	<b>21.959.299.006,84</b>	<b>24,26</b>
2.1 Resultantes da Execução Orçamentária	6.304.968.972,01	7.784.046.437,05	23,46
2.2 Mutações Patrimoniais	171.325.769,37	184.947.591,23	7,95
2.3 Independentes da Execução Orçamentária	11.196.315.853,99	13.990.304.978,56	24,95
<b>3 RESULTADO PATRIMONIAL (1-2)</b>	<b>624.554.247,03</b>	<b>159.539.216,72</b>	<b>(74,46)</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

## 5 BALANÇOS DAS EMPRESAS PÚBLICAS

Demonstramos no quadro 07, em anexo, uma síntese dos balanços patrimoniais das empresas públicas, apresentados até o fechamento deste relatório, com as respectivas participações percentuais do Estado no capital de cada empresa.

## 6 GESTÃO DA DÍVIDA

### 6.1 Dívida Ativa

Em 2008 foram inscritos em Dívida Ativa valores que totalizaram R\$ 44 Milhões, representando 3,53% do saldo da Dívida Ativa em 31/12/2007. Os valores recebidos no exercício foram de R\$ 12 milhões, sendo R\$ 8 milhões do principal, R\$ 3 milhões de multas e R\$ 1 mil de juros e correção, representando apenas 0,98% do saldo do estoque da dívida existente em 2007. Foram recuperados R\$ 154 mil em adjudicações, representando 0,01% do saldo da dívida de 2007. Os ajustes de exercícios anteriores foram de R\$ 136 milhões, e representou 11,02% do saldo de 2007. Esses ajustes, segundo o departamento de arrecadação da SEFAZ, são referentes à atualização monetária, diferença resultantes de alterações ocorridas, perdas dos benefícios de redução de multas e juros decorrentes de parcelamentos com anistias e outros.



Ocorreram, ainda, cancelamentos de Certificados de Dívida Ativa - CDA no valor total de R\$ 16 milhões, representando 1,32% do saldo da dívida de 2007. O saldo final do estoque da dívida em 2008, foi de R\$ 1,1 bilhão, conforme demonstramos sinteticamente na tabela 28.

Tabela 28  
Demonstrativo da Dívida Ativa

		R\$	
DÍVIDA ATIVA	VALOR	% s / 2007	
<b>SALDO EM 31/12/2007</b>	<b>1.239.125.837,76</b>		
Inscrições em 2008	43.754.807,16	3,53	
Ajustes de Exercícios Anteriores	136.536.683,01	11,02	
Valores Recebidos (Principal, juros, Multas e Correção Monetária)	12.112.005,65	0,98	
Valores Recuperados (Adjudicações)	153.605,83	0,01	
Cancelamentos de CDA	16.329.067,41	1,32	
<b>SALDO EM 31/12/2008</b>	<b>1.117.749.283,02</b>	<b>(9,80)</b>	

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

## 6.2 Dívida Pública

Constituem dívida pública do Estado: a Dívida Fundada ou consolidada (interna e externa) e a Dívida Flutuante ou administrativa, enquanto estas são os compromissos de curto prazo representando 26,90% do total, aquelas são compostas por obrigações de longo prazo e representam 73,10% desse total, sendo oriunda de contratos dentre os quais destacamos: o refinanciamento do Estado com a União e os contratos no âmbito dos programas, PROSAMIM, Pró-Saneamento e Desenvolvimento Sustentável do Alto Solimões – Zona Franca Verde, bem como a construção da ponte Manaus/Iranduba.

A dívida consolidada no Estado do Amazonas, apresentou um saldo, em 31/12/2008, de R\$ 3 bilhões, conforme demonstramos, sinteticamente, na tabela 29:

Tabela 29  
Demonstrativo da Dívida Fundada

DÍVIDA	R\$			
	Valor		%	
	2007	2008	Part.	Var.
Fundada Interna	1.571.378.043,89	1.630.973.085,93	53,57	3,79
Fundada Externa	385.577.015,78	594.454.217,93	19,53	54,17
Flutuante	483.206.280,37	818.732.358,64	26,90	69,44
<b>TOTAL</b>	<b>2.440.161.340,04</b>	<b>3.044.161.670,50</b>	<b>100,00</b>	<b>24,75</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



A dívida fundada total de R\$ 2,2 bilhões representa 17,4% do limite global de 2(duas) vezes a receita corrente líquida (R\$ 12,8 bilhões), estabelecido pela Resolução do Senado Federal nº 40 art. 3º inciso I, deixando o Estado bastante confortável em relação à legislação, com referência ao grau de endividamento acima explicitado.

No exercício financeiro de 2008, houve um acréscimo nominal de 24,75% no total do estoque da Dívida Pública, em relação ao exercício de 2007. Esse fato é reflexo principalmente do impacto da desvalorização da moeda nacional sobre a dívida externa ocorrida nos últimos meses de 2008 devido à crise financeira internacional, além do aumento da dívida flutuante, que variou 69,44% ante 2007.

Analisando a dívida fundada ao longo dos anos percebe-se que o seu valor nominal se mantém relativamente estável em função do equilíbrio entre as receitas de operações de crédito e as amortizações, entretanto, em termos relativos, a dívida vem se reduzindo de forma acentuada. A razão Dívida do Estado do Amazonas X RCL (escala a direita do gráfico) se reduziu de aproximadamente de 56,38% em 2004, para 34,79% em 2008, demonstrando mais uma vez a elevada capacidade financeira do Estado, conforme tabela 30 e gráfico 17.

Tabela 30  
Comparativo da Dívida Fundada X Receita Corrente Líquida

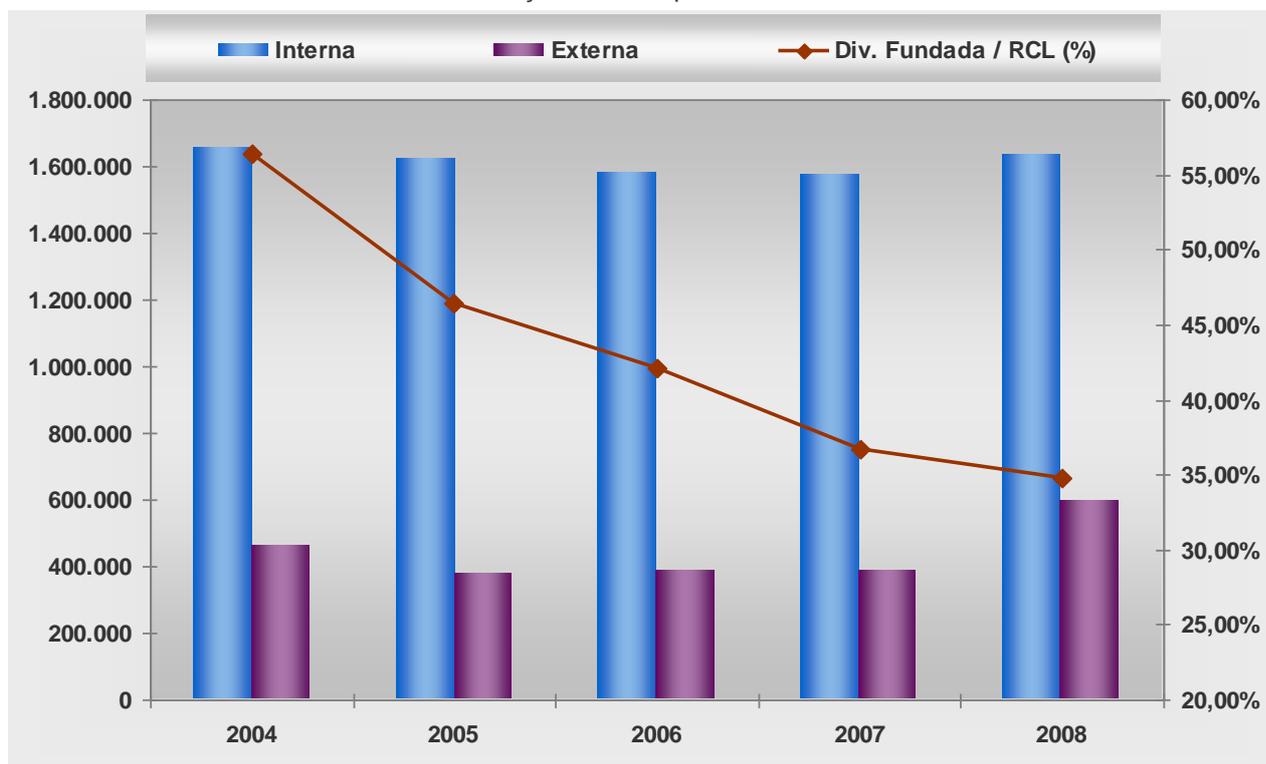
	R\$ Mil				
DÍVIDA	2004	2005	2006	2007	2008
Interna	1.653.444	1.620.169	1.580.719	1.571.378	1.630.973
Externa	461.613	373.743	385.789	385.577	594.454
<b>TOTAL</b>	<b>2.115.057</b>	<b>1.993.912</b>	<b>1.966.508</b>	<b>1.956.955</b>	<b>2.225.427</b>
<b>RCL do Exercício</b>	<b>3.751.411</b>	<b>4.294.390</b>	<b>4.670.314</b>	<b>5.331.931</b>	<b>6.395.995</b>
<b>Div. Fundada / RCL (%)</b>	<b>56,38</b>	<b>46,43</b>	<b>42,11</b>	<b>36,70</b>	<b>34,79</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



Gráfico 17  
Evolução do Estoque da Dívida

R\$ Mil



## 7 GESTÃO FISCAL

### 7.1 Gastos com Pessoal

Em cumprimento ao Art. 169 da Constituição Federal e Art. 19, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000, a despesa total com pessoal para o Estado, em cada período de apuração, não poderá exceder a 60% da Receita Corrente Líquida – RCL.

Esse percentual é repartido entre os poderes, conforme Art. 20, inciso II em: 3% para o Legislativo, 6% para o Judiciário, 49% para o Executivo e 2% para o Ministério Público.

A RCL é apurada de acordo com o Art. 2º e inciso IV da Lei Complementar nº 101/2000, e compreende o total das receitas correntes da administração direta e indireta, deduzidas as participações constitucionais e legais dos Municípios e as deduções para formação do FUNDEB.



O Estado do Amazonas, em 2008, apurou uma despesa líquida total com pessoal de 43,94% em relação à receita corrente líquida – RCL, cabendo ao Poder Executivo 38,67%, ao Poder Legislativo 1,81%, ao Poder Judiciário 2,36% e ao Ministério Público 1,10%, portanto, abaixo dos limites estabelecidos em Lei, conforme demonstramos na tabela 31.

Tabela 31  
Demonstrativo de Gastos com Pessoal

R\$

DESPESAS DE PESSOAL	DESPESAS EMPENHADAS	
	Últimos 12 meses	% Desp. s/ RCL
<b>PODER EXECUTIVO</b>		
Pessoal Ativo Civil	2.040.943.260,80	31,91
Pessoal Ativo Militar	224.976.129,03	3,52
(-) Decorrentes de decisão Judicial	9.158.810,10	0,14
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	1.781.052,35	0,03
(-) Indenizações por Demissão	414.370,90	0,01
Outras Despesas de Pessoal (artigo 18, § 1º da LRF)	218.486.228,34	3,42
<b>DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (I)</b>	<b>2.473.051.384,82</b>	<b>38,67</b>
<b>PODER LEGISLATIVO (*)</b>		
<b>DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (II)</b>	<b>116.032.129,57</b>	<b>1,81</b>
<b>PODER JUDICIÁRIO (*)</b>		
<b>DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (III)</b>	<b>150.640.452,68</b>	<b>2,36</b>
<b>MINISTÉRIO PÚBLICO (*)</b>		
<b>DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (IV)</b>	<b>70.594.947,87</b>	<b>1,10</b>
<b>DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL TOTAL (I+ II+ III+ IV)</b>	<b>2.810.318.914,94</b>	<b>43,94</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL</b>	<b>6.395.995.269,73</b>	
<b>LIMITE MÁXIMO (60% da RCL)</b>	<b>3.837.597.161,84</b>	
<b>LIMITE PRUDENCIAL (95% do Limite Máximo)</b>	<b>3.645.717.303,75</b>	

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

(\*) Valores indicativos calculado pela SEFAZ

Demonstramos, na tabela 32 e gráfico 18, a evolução anual da relação dos gastos com pessoal x Receita Corrente Líquida – RCL, no período de 2004 a 2008.

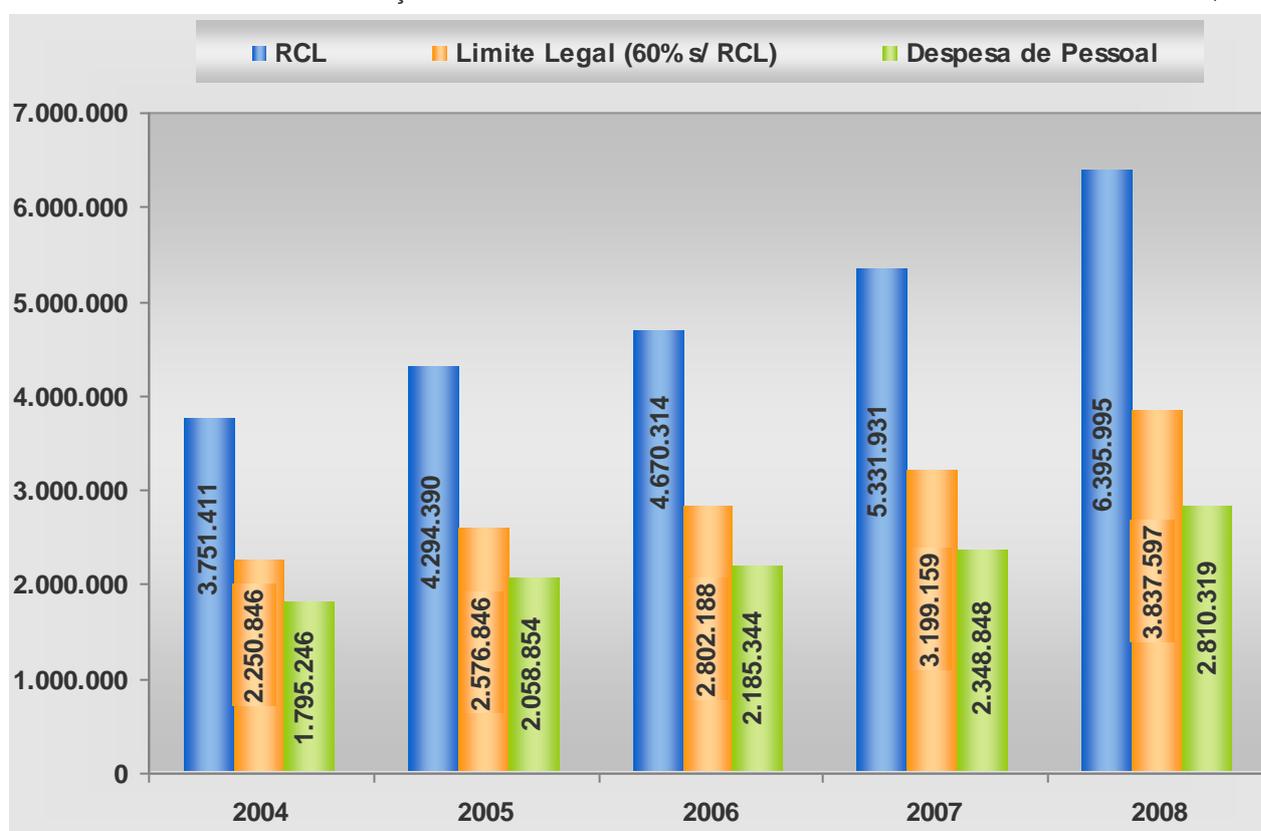


Tabela 32  
Evolução Anual de Gastos com Pessoal x RCL – 2004 a 2008 R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	2004	2005	2006	2007	2008
RCL	3.751.411	4.294.390	4.670.314	5.331.931	6.395.995
Despesa de Pessoal Líquida	1.795.246	2.058.854	2.185.344	2.348.848	2.810.319
Limite Legal (60% s/ RCL)	2.250.846	2.576.846	2.802.188	3.199.159	3.837.597
<b>% Relação Pessoal / RCL</b>	<b>47,86</b>	<b>47,94</b>	<b>46,79</b>	<b>44,05</b>	<b>43,94</b>

Fonte: Secretaria Executiva do Tesouro

Gráfico 18  
Evolução Anual de Gastos com Pessoal x RCL – 2004 a 2008 R\$ Mil



## 7.2 Aplicação na Educação

Quanto à aplicação na educação, a Constituição Federal prevê em seu art. 212 que o “Estado aplicará anualmente 25%, no mínimo, das receitas resultantes de Impostos, compreendida a proveniente de transferências, deduzidas as participações constitucionais e legais dos Municípios, na manutenção e desenvolvimento do ensino”.



Em cumprimento a esta determinação legal e ao conceito ali existente, o Estado do Amazonas aplicou, no exercício de 2008, na manutenção e desenvolvimento do ensino, o valor de R\$ 1,3 bilhão, correspondente a 25,02% da receita de impostos e transferências disponíveis para o Estado.

A seguir, demonstramos, sinteticamente, as receitas e o montante aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino, com aplicação superior, ao limite mínimo estabelecido legalmente, em R\$ 1 milhão.

Tabela 33  
Demonstrativo de Aplicação na Educação (conforme Constituição Federal) R\$

ESPECIFICAÇÃO		VALOR
<b>RECEITAS</b>		
1. Receita de Impostos		4.983.015.237,92
2. Transferência da União		1.375.486.780,97
3. Transferências Constitucionais e Legais		1.237.879.039,47
<b>4. TOTAL (1+2-3)</b>		<b>5.120.622.979,42</b>
<b>5. VALOR MÍNIMO A APLICAR (25% do 4)</b>	<b>25,00%</b>	<b>1.280.155.744,86</b>
<b>6. VALOR APLICADO</b>	<b>25,02%</b>	<b>1.281.376.465,01</b>
<b>7. DIFERENÇA (6-5)</b>	<b>0,02%</b>	<b>1.220.720,15</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

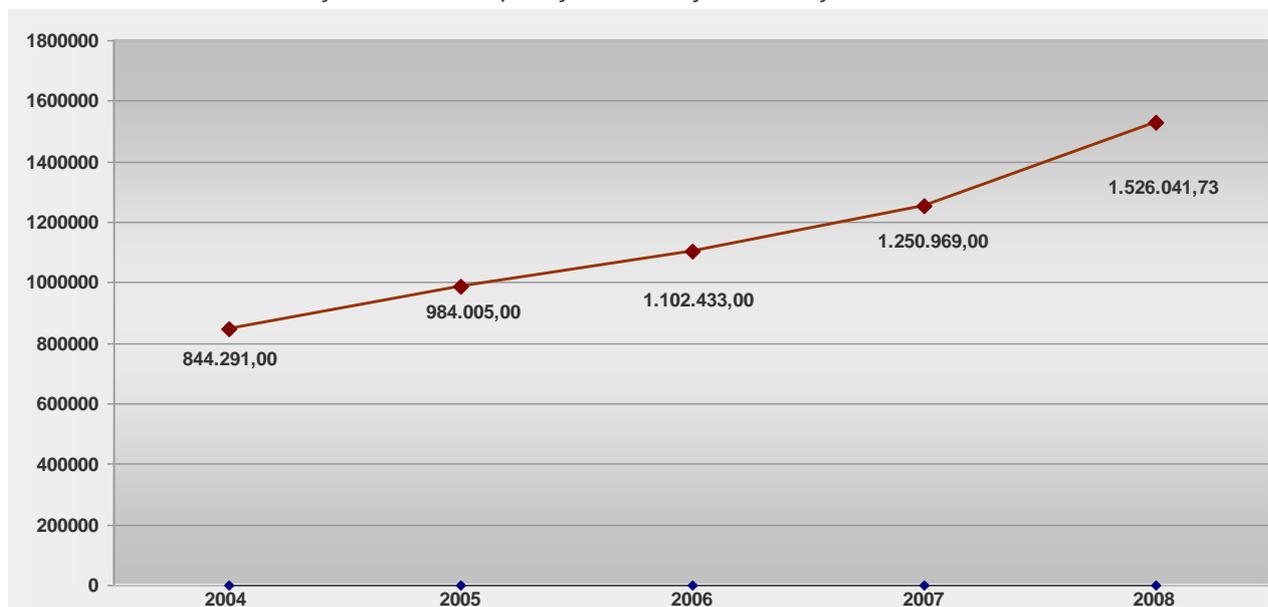
No entanto, se considerarmos a aplicação de todas as fontes da função educação, que totalizou R\$ 1,2 bilhão, acrescido do valor do FUNDEB redistribuído aos municípios de R\$ 323 milhões, teremos uma aplicação total de R\$ 1,5 bilhão, ou seja, R\$ 245 milhões a mais do valor aplicado, conforme tabela 33 acima.

Demonstramos, no gráfico 19, a evolução anual da aplicação na função educação, considerando o total da função, incluído a redistribuição dos municípios, no período de 2004 a 2008.



Gráfico 19  
Evolução Anual de Aplicação na Função Educação 2004 a 2008

R\$ Mil



Em 2008, as vinculações das receitas arrecadadas no Estado para o FUNDEB foram maiores que o retorno do fundo, sendo redistribuídos com os 62 Municípios do Amazonas, a diferença entre a contribuição e o retorno que foi de R\$ 323 milhões, ou seja, 36,04% do total vinculado, conforme demonstramos na tabela 34, por fonte.

Tabela 34  
Demonstrativo das Receitas Vinculadas por Tributo - FUNDEB

R\$

FONTE	REPASSE	RATEIO	PART. %	DIFERENÇA	DIF./REP. %
	(A)	(B)		(A-B)	
ICMS	637.337.843,66	390.998.252,82	68,22	246.339.590,84	38,65
IPVA	8.438.386,92	8.018.680,04	1,40	419.706,88	4,97
ITCMD	541.795,13	241.884,56	0,04	299.910,57	55,35
ITR	0,00	37.917,91	0,01	(37.917,91)	-
FPE	240.180.263,21	108.255.398,68	18,89	131.924.864,53	54,93
FPM	0,00	59.807.763,83	10,43	(59.807.763,83)	-
IPI	6.930.021,76	4.164.717,84	0,73	2.765.303,92	39,90
Lei Kandir	2.701.886,88	1.623.745,14	0,28	1.078.141,74	39,90
Multas e Juros	2.896.156,19	0,00	0,00	2.896.156,19	100,00
Dívida Ativa do ICMS	1.030.328,37	0,00	0,00	1.030.328,37	100,00
<b>TOTAL</b>	<b>896.130.197,56</b>	<b>573.148.360,82</b>	<b>100,00</b>	<b>322.981.836,74</b>	<b>36,04</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



### 7.3 Aplicação na Saúde

De acordo com o Art. 77 inciso II e parágrafo 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os estados aplicarão anualmente, no mínimo, 12% do produto da arrecadação de impostos e transferências, nas ações e serviços públicos de saúde. Em 2008, o Estado do Amazonas, aplicou R\$ 1,1 bilhão, ou 21,54%, excedendo em R\$ 489 milhões o mínimo estabelecido, conforme demonstramos, sinteticamente, na tabela 35.

Tabela 35  
Demonstrativo de Aplicação na Saúde (conforme Constituição Federal) R\$

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	
<b>RECEITAS</b>		
1. Receitas de Impostos		4.983.015.237,92
2. Transferências da União		1.375.461.972,41
3. Transferências Constitucionais e Legais		1.237.879.039,47
4. Total (1+2-3)		5.120.598.170,86
<b>5. VALOR MÍNIMO A APLICAR (12% DO 4)</b>	<b>12,00%</b>	<b>614.471.780,50</b>
<b>6. TOTAL APLICADO</b>	<b>21,54%</b>	<b>1.103.182.189,07</b>
<b>7. DIFERENÇA (6-5)</b>	<b>9,54%</b>	<b>488.710.408,57</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

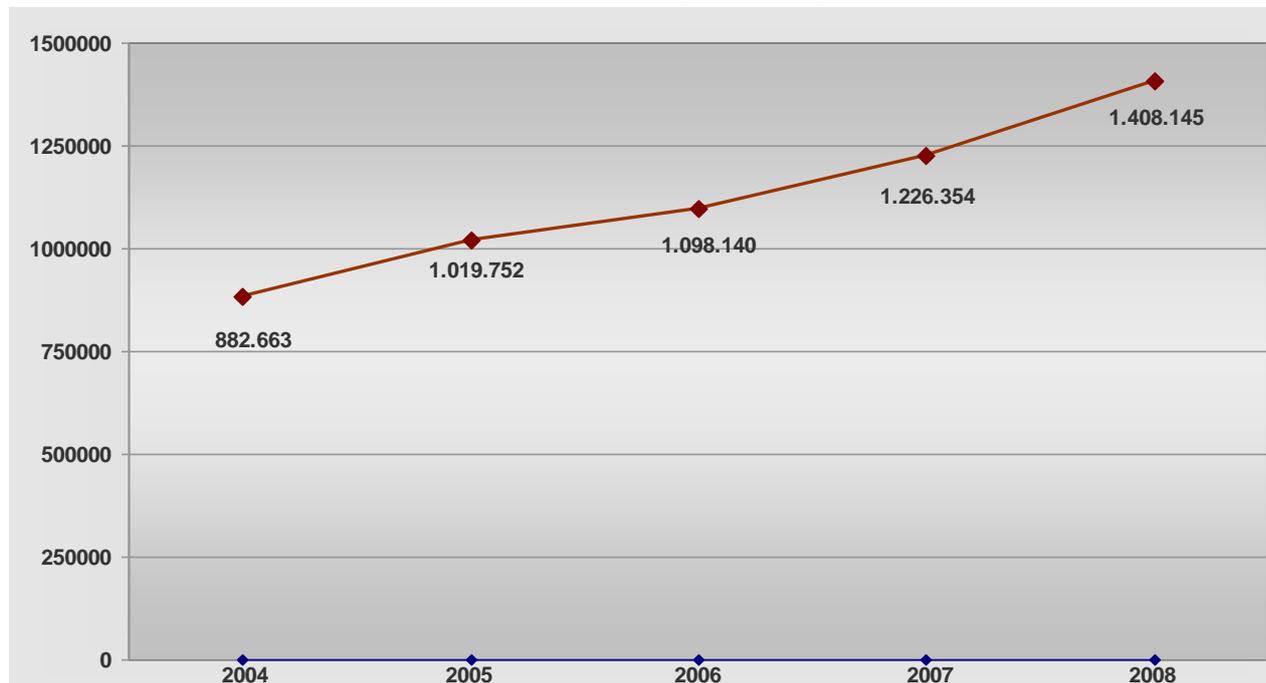
Se considerarmos o valor total da função Saúde em 2008, teremos que o Estado aplicou nas ações de saúde R\$ 1,4 bilhão, ou R\$ 300 milhões a mais que o valor aplicado, conforme conceito constitucional.

No Gráfico 20 demonstramos a evolução anual da aplicação na função saúde, pelo Estado, no período de 2004 a 2008, onde podemos observar uma variação nominal de 59,53% ante 2004, ou R\$ 525 milhões, e apresentando uma variação de R\$ 182 milhões em relação a 2007, ou 14,92 %.



Gráfico 20  
Demonstrativo de Aplicação na Função Saúde

\$ Mil



#### 7.4 Resultado Primário e Operacional

Em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, o governo do Amazonas apurou um resultado primário positivo de R\$ 158 milhões, conforme demonstrado na tabela 36. Entende-se como Resultado Primário a diferença entre a receita orçamentária total (excluídas as financeiras, de operações de crédito, de amortização de empréstimos e de alienação de bens) e a despesa orçamentária total (excluídas as de juros, encargos e amortizações das dívidas e de concessão de empréstimos).

O Estado, no exercício de 2008, apurou resultado operacional positivo de R\$ 203 milhões, representado pela diferença entre o total da receita orçamentária e o total da despesa orçamentária. Considerando-se que no total das despesas empenhadas está computada a utilização de créditos orçamentários abertos com recursos do superávit financeiro de 2007, no valor de R\$ 257 milhões, sem a receita correspondente no exercício de 2007, teríamos, conceitualmente, um resultado operacional de R\$ 460 milhões.



Tabela 36  
Resultado Primário e Operacional – 2007

R\$ Mil

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	VAR. %
<b>RECEITAS</b>	<b>6.583.997</b>	<b>7.986.691</b>	<b>21,30</b>
<b>1 RECEITAS CORRENTES</b>	<b>7.036.717</b>	<b>8.567.719</b>	<b>21,76</b>
1.1 Receita Tributária	3.991.536	4.952.961	24,09
1.2 Receita Patrimonial	50.429	124.407	146,70
1.3 Transferências Correntes	2.094.767	2.692.531	28,54
1.4 Outras Receitas Correntes	899.985	797.820	(11,35)
<b>2 RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>209.199</b>	<b>315.102</b>	<b>50,62</b>
2.1 Operações de Crédito	131.178	170.631	30,08
2.2 Alienação de Bens	1.198	1.773	48,00
2.3 Amortização de Empréstimo	490	393	(19,80)
2.4 Transferência de Capital	56.820	116.905	105,75
2.5 Outras Receitas da Capital	19.514	25.400	30,16
<b>3 DEDUÇÕES DAS RECEITAS P/ FUNDEB</b>	<b>(661.918)</b>	<b>(896.130)</b>	<b>35,38</b>
<b>DESPESAS</b>	<b>6.304.969</b>	<b>7.784.046</b>	<b>23,46</b>
4 DESPESAS CORRENTES	5.308.081	6.361.811	19,85
5 DESPESA DE CAPITAL	996.888	1.422.235	42,67
<b>6 RESULTADO PRIMÁRIO</b>	<b>334.267</b>	<b>158.393</b>	<b>(52,61)</b>
(-) Juros e Encargos da Dívida	106.811	107.572	0,71
(+) Receitas Financeiras	49.874	124.020	148,67
(-) Amortizações da Dívida	131.168	144.993	10,54
(+) Alienação de Bens / Concessões / Privatização	1.198	1.773	48,00
(+) Amortização de Empréstimo	490	393	(19,80)
(+) Operações de Créditos	131.178	170.631	30,08
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>279.028</b>	<b>202.645</b>	<b>(27,37)</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



## 8 PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL DO ESTADO

O Estado do Amazonas, desde 1998, mantém com a União, através da Secretaria do Tesouro Nacional, o contrato nº 005/98, que trata do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado. Esse programa é revisado anualmente, tendo vigência de três anos, contendo as metas a serem cumpridas pelo Estado, pertinentes ao Resultado Primário, Dívida Financeira, Arrecadação Própria, Despesas de Pessoal, Reforma do Estado e Despesas de Investimentos.

O Estado tem buscado e obtido êxito na manutenção do equilíbrio fiscal e tem, ao longo desse período, cumprido todas as metas estabelecidas no programa, e o fez também em 2008, neste sentido, as duas principais metas estabelecidas e cumpridas pelo Estado no Exercício de 2008 foram:

1- Dívida x Receita Líquida Real - RLR com meta estimada para, no máximo, o total da RLR, o Estado obteve uma relação de 0,39, ou seja, a cada real líquido arrecadado o Amazonas tem comprometido trinta e nove centavos com sua dívida de longo prazo.

2- A meta estabelecida para o resultado primário foi de R\$ 135 milhões, tendo sido alcançado o resultado de R\$ 158 milhões, cumprindo assim, o objetivo que o pagamento dos juros e encargos das dívidas do Estado, que em 2008 totalizou R\$ 107 milhões.

## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse relatório teve por objetivo primordial subsidiar o processo de avaliação e desempenho das finanças públicas do Estado do Amazonas, demonstrando os resultados alcançados, no exercício de 2008. Acreditamos, dessa forma, contribuir para uma gestão transparente e fidedigna das contas do Estado, que tem na Responsabilidade Fiscal uma de suas premissas básicas.



Ainda são muitos os objetivos a serem alcançados e as melhorias a serem implementadas. Não obstante, o esforço e a dedicação da equipe técnica e administrativa que são incansáveis na busca desse constante aprimoramento. Neste contexto estão, as implementações efetuadas no Sistema AFI, no decorrer do presente exercício, que muito auxiliaram os órgãos e o próprio governo no registro dos atos e fatos da administração e na transparência para a sociedade.

Agradecemos, primeiramente, a DEUS, pelo dom da vida, pelo trabalho, saúde e oportunidade para a realização deste trabalho. Agradecemos ao senhor Secretário da Fazenda, pelo apoio e confiança dispensados a nossa equipe.

Nossa gratidão a toda equipe da Secretaria Executiva do Tesouro pela dedicação, empenho e profissionalismo demonstrados no cumprimento de nossa missão. De forma especial, agradecemos ao Departamento de Contabilidade Pública e a Gerência de Contabilidade que, com muita competência, atuaram de forma direta na elaboração do Balanço Geral do Estado. Agradecemos, ainda, aos técnicos do DETIN, aos demais setores da SEFAZ e aos órgãos das administrações direta e indireta.

Agradecimento fraterno à equipe da Comissão Permanente das Contas do Governo, do Tribunal de Contas do Estado, pelas orientações e parceria na busca de soluções técnicas e transparência nos registros dos atos e fatos no trato da coisa pública. Enfim, a todos que contribuíram para cumprimento do dever de tornar público o Balanço Geral do Estado, obrigado.

Manaus, 31 de março de 2008.

**Edson Theophilo Ramos Pará**  
*Secretário Executivo do Tesouro*

**Maria da Conceição Guerreiro de Souza**  
*Diretora do Departamento de Contabilidade*  
*CRC N° 07984/AM*